

Faculdade Horizontina

Ciências Econômicas

JULIANA HORBACH

APOSENTADORIA RURAL POR IDADE E A INFLUÊNCIA DESTA RENDA NO BEM
ESTAR DE FAMÍLIAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA

Horizontina,

2012

Juliana Horbach

APOSENTADORIA RURAL POR IDADE E A INFLUÊNCIA DESTA RENDA NO BEM
ESTAR DE FAMÍLIAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE HORIZONTINA

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Econômicas na Faculdade Horizontina – Fahor.

Orientadora: Me Janete Stoffel

Horizontina

2012

FAHOR – FACULDADE HORIZONTINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a monografia:

“Aposentadoria rural por idade e a influência desta renda no bem estar de famílias rurais do Município de Horizontina”

Elaborada por:

JULIANA HORBACH

Como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovado em: ____ / ____ / 2012.

Pela Comissão Examinadora

Me. Janete Stoffel
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas

Me. Vonja Engel
Professora Faculdade Horizontina

Dr. Rainer Lengert
Professor Faculdade Horizontina

Horizontina

2012

DEDICATÓRIA

Dedico essa monografia a minha mãe **Vera Lúcia Horbach** que nunca mediu esforços para contornar os desafios que pudessem me impedir de estudar e seguir em frente. Mulher guerreira, batalhadora e vitoriosa que não me deu apenas a vida, mas também o orgulho de ser sua Filha, e apesar de todas as dificuldades e obstáculos conseguiu vencer provar que é merecedora de todo nosso orgulho.

Gostaria de dedicar também a minha irmã **Amanda V. H. Sartor**, um anjo que Deus nos mandou para fazer nossos dias mais alegres e felizes.

AGRADECIMENTO

Para a elaboração desta monografia contamos com a colaboração de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, dedicaram seu tempo, sua atenção, seus conhecimentos. E é a essas pessoas que agradeço, sabendo que sem sua ajuda o caminho até o término do trabalho seria mais difícil.

Primeiramente agradeço a minha Mãe pelo constante incentivo, pelo carinho, amor, confiança e pelos valores que me foram passados, pela estrutura que sempre lutaram para me dar e todo o amor que sempre esteve disponível. Agradeço o apoio em todas as decisões e pela aposta certa que sempre fizeram em mim.

Agradeço enormemente aos professores da FAHOR, pelo grande conhecimento que foi passado.

Agradeço também a professora orientadora Janete Stoffel, pelas orientações deste trabalho, pelo respeito, disponibilidade, pelo carinho, pelas palavras de incentivo, pelo coleguismo, pelos abraços nos momentos mais difíceis, por dividir suas experiências de vida comigo, pelos puxões de orelha que me fizeram ver as coisas de uma forma diferente e pelas sábias palavras que foram passadas durante todo o período de construção e elaboração deste trabalho. Deus te abençoe.

Por fim, agradeço aos meus amigos e colegas de faculdade, que fizeram dos anos aqui com certeza muito menos penosos e mais divertidos.

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar nos sonhos que se tem. Ou que seus planos nunca vão dar certo. Ou que você nunca vai ser alguém. Tem gente que machuca os outros.

Tem gente que não sabe amar. Mas eu sei que um dia a gente aprende. Se você quiser alguém em quem confiar Confie em si mesmo.

Quem acredita sempre alcança...

Quem acredita sempre alcança...

Legião Urbana.

Resumo

Esta pesquisa analisa os efeitos do sistema de aposentadoria rural por idade, as mudanças no estilo de vida da população idosa e seu poder de consumo. Optou-se por uma pesquisa que combina métodos qualitativos e quantitativos, para melhor descrever o estudo de caso aqui proposto. Os objetivos se restringem a identificar e analisar as mudanças vivenciadas por indivíduos pertencentes à agricultura familiar, após o recebimento do benefício da aposentadoria rural por idade, caracterizando a importância dos recursos oriundos da aposentadoria rural para os agricultores familiares; identificar as condições das famílias rurais que recebem a aposentadoria rural por idade, apontando para mudanças ocorridas após o recebimento desse benefício e verificar se houve alguma diferença no bem estar desses indivíduos e de suas famílias no Município de Horizontina. A universalização do acesso ao benefício da aposentadoria rural gerou mudanças na vida dos aposentados rurais e de suas famílias, o idoso passou a ser mais valorizado, a participar mais das decisões de sua família. As mulheres adquiriram mais independência financeira, não dependendo do marido ou da família para efetuar seus gastos. Demonstrando que a renda oriunda da aposentadoria rural por idade é de fundamental importância para o bem estar do aposentado e de sua família, e a participação dos idosos na revitalização da renda familiar rural.

Palavras chave: Aposentadoria Rural. Agricultura Familiar. Bem-Estar.

Abstract

This research analyzes the effects of the system of rural retirement by age, the changes in the lifestyle of the aging population and their purchase power. The research opted for a method that combines qualitative and quantitative approaches, in order to best describe the case study proposed here. The objectives have the scope of identifying and analyzing the changes lived by individuals belonging to family agriculture, after receiving the benefits of rural retirement by age, characterizing the importance of the resources coming from rural retirement for family farmers. It was important to identify the conditions of the rural families who receive rural retirement by age, pointing to changes occurred after receiving such benefit and verify if there was any difference in the well being of these individuals and families. The universalization of the access to the benefit of rural retirement generated changes in the lives of retired people and their families in the countryside, the aging people started to be more valued, to participate more in his/her family decisions. The women acquired more financial independence, not relying on the husband or family to spend some money, demonstrating that the income coming from rural retirement by age is fundamentally important to the wellbeing of the retired individual and his/her family, and the participation of the aging people in revitalizing their rural family income.

Key words: Rural Retirement. Family Agriculture. Wellbeing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Hierarquia das Necessidades ou Pirâmide de Maslow	46
Figura 02 – Pirâmide etária da População Brasileira	51
Figura 04 - Evolução da população do Rio Grande do Sul no ano de 2010.....	55
Figura 05 - Êxodo Rural no Rio Grande do Sul.....	56
Figura 06 - Evolução da expectativa média de vida, por sexo, no Rio Grande do Sul 1971 á 2006.	57
Figura 07 - Percentual da população residente na área rural e urbana no Município de Horizontina entre os anos de 2000 a 2010.....	61
Figura 08 - População urbana e rural no Município de Horizontina, proporção de homens e mulheres em cada setor, no ano de 2010.	62
Figura 09 – Média de gastos mensais das famílias.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Tipos de Benefícios e suas características, 2012	25
Quadro 02 - Tabela progressiva de carência para segurados.	26
Quadro 03 - Definições da Hierarquia das Necessidades de Maslow.....	47
Quadro 04 – Bens de consumo duráveis adquiridos pelos entrevistados	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Total de Habitantes no Brasil no período de 1996 a 2010	50
Tabela 02 - Quantidade de benefícios previdenciários concedidos no Brasil entre 1990 e 2010.	54
Tabela 03 - Quantidade de Benefícios Emitidos, no Rio Grande do Sul entre 2000 a 2010.	58
Tabela 04 - Evolução populacional do município de Horizontina no período de 2000 e 2010	60
Tabela 05 - Evolução da Expectativa de vida no Município de Horizontina nos anos de 2000 e 2010.	63
Tabela 06 – Idade dos aposentados pesquisados no Município de Horizontina.....	65
Tabela 07 – Tempo de recebimento do Benefício da Aposentadoria Rural por Idade (em anos)	65
Tabela 08 – Percentual dos gastos mensais das famílias (%)	70
Tabela 09 – Valor da poupança no município de Horizontina entre os anos 2000, 2010, 2011 (mil).	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEPS: Anuário Estatístico da Previdência Social, Anuário Estatístico Da Previdência Social

ANEP: Associação Nacional de Empresas de Pesquisa de Mercado

CNTS: Cadastro Nacional de Informações Sociais

FAO: *Food and Agriculture*

FEE: Fundação de Economia e Estatística

FUNRURAL: Fundo de Assistência e Previdência do Trabalho Rural

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

INCRA: Instituto Nacional de Reforma Agrária

IPS: Informe de Previdência Social

ISSB: Instituto de Serviços Sociais do Brasil

ONU: Organização Das Nações Unidas

PIB: Produto Interno Bruto

PNADs: Pesquisa Nacional para Amostra de Domicílios

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONAF: Programa Nacional de Reforma Agrária

PRÓ-RURAL: Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

PSF: Programa de Saúde da Família

RGPS: Regime Geral De Previdência Social

SSR: Serviço Social Rural

SUS: Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. Introdução	13
2. Metodologia.....	17
3. A Evolução dos Direitos Previdenciários.....	21
3.1 Características da Previdência Social no Brasil	22
3.2 Agricultura familiar.....	29
3.3 A Importância da renda oriunda das aposentadorias nos domicílio rurais	32
3.4 As condições de vida do idoso na Sociedade	37
3.5 O impacto da aposentadoria rural para Mulheres	40
3.6 Comportamento consumidor dos Aposentados Rurais	45
3.7 Perfil Sociodemográfico da população idosa.....	50
4. Considerações Finais.....	77
Referências	80
Apêndice A - Questionário para conhecimento do perfil do aposentado e suas características de consumo.....	87

1. Introdução

A previdência social é uma forma de proteção, que assegura a fonte de renda do trabalhador e de sua família, quando por algum motivo o mesmo não pode mais exercer suas atividades normais, seja por doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice. A Previdência possui dez tipos de benefícios diferentes, incluindo aposentadorias, pensão por morte, salário-maternidade e auxílio-doença.

Apesar de o sistema previdenciário existir desde o final do século XVIII, somente a partir da Constituição de 1988, os trabalhadores rurais obtiveram os mesmos direitos a Previdência Social que os trabalhadores urbanos. Houve então a inclusão dos trabalhadores rurais e dos segurados em regime de agricultura familiar (considerados segurados especiais). A constituição trouxe também benefícios para as mulheres, que passaram a ter o direito a aposentadoria por idade, e aos outros benefícios da Previdência.

A constituição de 1988 garantiu aposentadoria para a população rural a partir das seguintes faixas etárias, 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. No entanto, essas novas regras só entraram em vigor em 1992, e passaram a contemplar também o produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar.

A inclusão de mulheres no RGPS (Regime Geral de Previdência Social) trouxe algumas mudanças na vida delas, por incluí-las como beneficiárias de aposentadoria por idade, levando-as a ter mais independência e ao direito de ter seu próprio dinheiro. Medidas como estas afetaram de maneira direta tanto a renda quanto o nível de bem estar da população residente no meio rural.

Antes da aposentadoria, alguns trabalhadores pertencentes a agricultura familiar, sobreviviam apenas com os rendimentos da terra, por meio da agricultura de subsistência. Após o recebimento do benefício de aposentadoria rural por idade, os aposentados e suas famílias passaram a ter uma renda fixa mensal, que além de servir como forma de seguridade serve também como forma de diminuir a pobreza.

As famílias vêm sofrendo mudanças com o decorrer dos anos, pois os idosos estão vivendo cada vez mais, a expectativa de vida está aumentando, o índice de fecundidade e a taxa de mortalidade estão diminuindo. As pessoas estão vivendo

mais e melhor, e a idade já não é mais sinal de doença e sim a capacidade do organismo de responder às necessidades da vida cotidiana. Com esse aumento do envelhecimento populacional a figura do idoso aposentado ganha destaque em questões econômicas e sociais.

O envelhecimento populacional é, hoje, um proeminente fenômeno mundial. Isto significa um crescimento mais elevado da população idosa com relação aos demais grupos etários. A tendência é que os idosos se tornem cada vez mais numerosos em relação às pessoas mais jovens (FRANCO, 2012).

Segundo dados IBGE (2012b), com os avanços da medicina e as melhorias na vida da população repercutem no sentido de elevar a média de vida do brasileiro. Em 1940, por exemplo, a expectativa de vida era de 45,5 anos de idade, em 2008 a expectativa é de 72,7 anos, ou seja, as pessoas estão vivendo em média 27,2 anos a mais. O Brasil continuará aumentando a expectativa de vida, chegando em 2050 ao patamar de 81,29 anos, idade essa já alcançada por alguns países como Islândia (81,80), Hong Kong, China (82,20) e Japão (82,60). Em 2008, a média de vida para mulheres chegou a 76,6 anos e para os homens 69,0 anos, uma diferença de 7,6 anos, ou seja as mulheres estão vivendo mais que os homens.

Por esses motivos optou-se por discorrer sobre as mudanças ocorridas na Previdência Social no Brasil, para famílias que recebem o benefício da aposentadoria rural por idade. E principalmente, verificar e analisar as mudanças vivenciadas por famílias de agricultores familiares, que possuem indivíduos que recebem esse benefício da aposentadoria rural por idade da Previdência Social, no Município de Horizontina.

Na escolha do tema segundo Gil (2010), não basta apenas interesse pelo assunto, mas também é necessário algum conhecimento sobre o tema a ser estudado, saber a área em que se deseja atuar dentro desse assunto, quais os pontos mais relevantes, se está relacionado com questões estudadas. Após pensar sobre isso, deve se verificar se há meios de adquirir material e dados necessários, para que a pesquisa tenha bom embasamento.

Toda pesquisa se inicia com algum tipo de indagação, sendo que o problema de pesquisa pode ser determinado por razões práticas ou de ordem intelectual. Os problemas por razões práticas, como é o caso desta pesquisa, estão voltados a avaliação de certas ações e programas, ou mesmo referente a consequências de várias alternativas utilizadas (GIL, 2010). Neste sentido, esta pesquisa busca

verificar e analisar quais as mudanças vivenciadas por aposentados e suas famílias, após o recebimento da aposentadoria rural por idade, e se houveram mudanças na qualidade de vida desses indivíduos, no município de Horizontina?

Na continuidade do texto estão apresentados os principais objetivos deste trabalho de conclusão, onde pode ser visto de forma clara o que se busca descobrir com este estudo de caso.

Segundo Vergara (2004) o objetivo é um resultado a ser alcançado no decorrer da pesquisa, e auxilia na busca da resposta ao nosso problema. Na sequência são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos norteadores deste trabalho.

O objetivo Geral, deste trabalho é identificar e analisar as mudanças vivenciadas por indivíduos pertencentes a agricultura familiar, que antes não possuíam renda fixa, e alguns sobreviviam apenas de sua produção na terra e em sua propriedade, e que passaram a receber o benefício da aposentadoria rural por idade, no município de Horizontina.

Os objetivos específicos:

- Caracterizar a importância dos recursos oriundos da aposentadoria rural para os agricultores familiares;
- Identificar as condições das famílias rurais que recebem a aposentadoria rural por idade, apontando para mudanças ocorridas após o recebimento desse benefício.
- Verificar se houve alguma diferença no bem estar desses indivíduos e de suas famílias.

Por meio dos objetivos busca-se solucionar o problema da pesquisa. E como pode ser verificado no parágrafo a seguir, a expectativa de vida dos brasileiros vem aumentando, ou seja, as pessoas estão vivendo mais, fazendo com que haja a cada dia um maior número de recebedores do benefícios da aposentadoria no Brasil.

Segundo (IBGE, 2008), a expectativa de vida do brasileiro, passou de 66,6 anos em 1990 para 73,4 anos em 2010, um aumento de 6 anos e 8 meses em vinte anos, mostrou também que as mulheres vivem em média 7,6 anos mais que os homens. Estes dados contribuem para indicar que as pessoas estão vivendo mais e melhor a cada ano. Com isso abre-se um leque de variedades para esse novo público consumidor.

Franco (2012) diz que a tendência é de que os idosos se tornem cada vez mais numerosos em relação às pessoas mais jovens. No ano 2000, a população idosa do planeta superou o número de crianças com menos de 5 anos. A ONU (Organização das Nações Unidas) prevê que, em 2050, o número de pessoas com mais de 60 anos vá superar a população de jovens com menos de 15 anos. Para o Brasil, a previsão é que o número de idosos triplique até 2050, passando de 21 milhões para 64 milhões, isto é, a população de pessoas mais velhas passaria de 10% do total da população, em 2012, para 29%, em 2050.

Esse público necessita de uma atenção especial, pois seu consumo é diferenciado. Grinover (2003) alerta para o fato de que idosos brasileiros formam um grupo de 15 milhões de consumidores, equivalentes a 14% da população adulta. A autora cita a pesquisa Panorama da Maturidade que ouviu 1,8 mil homens e mulheres com mais de 60 anos em regiões metropolitanas do País, a fim de investigar o perfil dessa parcela da população, e conhecer características de comportamento, gastos, saúde, alimentação, moradia, transporte, educação, cultura, lazer e consumo de mídia. Sua pesquisa revela que as maiores despesas deste grupo são com o supermercado 24%; planos de saúde, 9%; e com luz, telefone e a compra de remédios 10%; e em seguida constam as viagens, 5%; sendo que mais da metade deles fizeram ao menos uma viagem no ano de 2002.

Para esta pesquisa foram utilizadas algumas normas e métodos, para que tudo apareça de uma forma clara e objetiva dentro do que foi proposto nos objetivos. Na sequência serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa.

O trabalho está dividido em 4 partes, introdução, metodologia, desenvolvimento e considerações finais. A introdução é uma pequena amostra do que será tratado no trabalho, a metodologia diz respeito à forma com que este trabalho foi feito e estruturado. O desenvolvimento está dividido em 6 partes, nas quais serão analisados o Sistema Previdenciário no Brasil, a importância da renda oriunda da Previdência Social na vida dos Aposentados, as condições de vida dos mesmos antes e depois do recebimento da aposentadoria. Será avaliado também o comportamento consumidor dessas famílias, e o perfil sociodemográfico da população brasileira. Para finalizar os resultados e as considerações finais.

2. Metodologia

A metodologia consiste na forma como o trabalho foi feito. Não existe um método universal aplicável, e sim um método aplicável conforme a natureza do objeto a ser investigado. Pode ser classificada em lógica ou técnica. A lógica diz respeito à investigação feita, e a técnica aos meios utilizados para atingir o conhecimento, (GIL,1995).

Silva (2004) diz que, para atingir melhor o objetivo, a pesquisa pode ser classificada de duas formas: em quantitativa e qualitativa. No caso desta pesquisa foram utilizadas as duas formas de pesquisa, pois a quantitativa considera tudo que pode ser quantificável, ou seja, traduzido em números como as opiniões e informações adquiridas no decorrer do trabalho. E a qualitativa foi utilizada para realizar as interpretações dos resultados obtidos e analisá-los.

Para conseguir alcançar os objetivos, devemos classificar a pesquisa de maneira a atender plenamente as necessidades (GIL, 2010). Essas pesquisas podem ser de vários tipos, no entanto para este trabalho foram utilizados os seguintes critérios, pesquisa exploratória, explicativa, descritiva, pesquisa bibliográfica, de levantamento e estudo de caso. Quanto aos fins, a pesquisa foi exploratória, descritiva e explicativa. Quanto aos meios, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, pesquisa de levantamento e o estudo de casos (VERGARA, 2004).

Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema. Esse tipo de pesquisa envolve levantamento bibliográfico, entrevistas. O levantamento bibliográfico foi realizado com a utilização de livros, artigos, jornais e revistas, como forma de embasamento para resolução do problema aqui proposto. As entrevistas foram feitas pessoalmente pela autora da pesquisa, buscando de uma forma mais direta conhecer a realidade do grupo proposto. Esses meios de pesquisa consistem em um conjunto de medidas que irão compor o objetivo final, sendo que cada um irá contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

A pesquisa exploratória é uma forma de familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, de modo que a pesquisa subsequente possa ser feita com uma maior compreensão e precisão. Na pesquisa exploratória seu planejamento é mais flexível, possibilitando considerações em vários aspectos, (GIL, 2002). Já

pesquisa explicativa identifica fatores que determinam ou contribuem para ocorrência de alguns casos. Em suma explica o “porquê” das coisas, o conhecimento científico está situado nos resultados oferecidos pelas pesquisas explicativas.

Outro método utilizado foi a pesquisa descritiva, que segundo Vergara (2004), expõe características de determinada população ou fenômeno, pode estabelecer também correlação entre variáveis e definir sua proveniência. Buscou-se caracterizar o perfil dos aposentados pesquisados, verificando suas preferências de consumo, o que mudou e vem mudando depois do recebimento do benefício da aposentadoria.

O estudo de caso é a escolha de um objetivo a ser estudado, pode ser feito com um ou mais indivíduos, grupos, organizações, países, eventos ou regiões. É uma estratégia de pesquisa, permite o estudo de fenômenos em profundidade dentro do contexto analisado. Um benefício de utilizar esse método de estudo de caso é estudar as pessoas em seu ambiente natural, dando mais veracidade aos fatos (ROESCH, 2005).

O estudo de caso é o método utilizado nesse trabalho para auxiliar na eficiência, e confiabilidade da pesquisa, segundo Vergara (2004), é um método que tem caráter de profundidade e detalhamento. É circunscrito a uma ou poucas unidades, entidades essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país, pode ou não ser realizado a campo.

Já Gil (1995) define o estudo de caso, como sendo caracterizado por uma busca aprofundada e exaustiva de um ou poucos objetos, permitindo se conhecer melhor esse universo pesquisado.

O estudo de caso realizado nesta pesquisa, foi feito no município Horizontina, pois se trata do local de residência da autora, e área de fundamental interesse para a mesma. O questionário aplicado para pesquisa é um questionário com perguntas fechadas e abertas, que se encontra no Apêndice A.

Segundo verificação feita na obra de Vergara (2004), verificou-se que o critério de escolha da amostra que melhor se enquadra no contexto requerido pelo trabalho é a não-probabilística, que é aquela selecionada por acessibilidade e por tipicidade. O critério de acessibilidade está longe de qualquer procedimento estatístico, mas seleciona por facilidade de acesso as unidades de estudo. E o critério por tipicidade, que uma seleção de elementos que o pesquisador considere

representativos da população alvo. Neste trabalho a opção de seleção da amostra utilizou os critérios de tipicidade e acessibilidade.

Vergara (2004) diz que a coleta de dados deve conter as formas com que o pesquisador vai obter esses dados, para responder ao problema. Para obter esses dados, foram utilizados questionários, com questões abertas, onde os aposentados e recebedores do benefício da aposentadoria rural por idade responderam com suas próprias palavras. O questionário possui também algumas questões fechadas, onde foram sugeridas alternativas de respostas dentre as quais os entrevistados escolheram a que se encaixava melhor com o perfil de sua família. A aplicação do questionário foi feita pela autora, por meio de entrevistas, utilizando o instrumento conforme o apêndice A.

Vergara (2004) diz que os sujeitos da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados necessários para análise. A amostra é composta por quatro famílias de aposentados rurais, residentes no interior do município de Horizontina. Após a aplicação da pesquisa os dados obtidos foram tabulados e analisados no contexto dos objetivos deste estudo.

As famílias escolhidas para os levantamentos são aposentados considerados agricultores familiares, que residem no interior do Município de Horizontina, e possuem o perfil buscado pela pesquisadora, ou seja, pequenos agricultores, ou agricultores familiares. Que possuem sua renda proveniente apenas da propriedade rural e da aposentadoria, que apresentaram algumas mudanças na qualidade de vida após o recebimento do benefício da aposentadoria rural por idade. E que residam no interior do Município de Horizontina, nas proximidades da Localidade de Vila Cascata do Buricá. Após a aplicação da pesquisa os dados obtidos foram tabulados e analisados no contexto dos objetivos deste estudo.

Segundo Biolchi, Schneider (2003), embora a aposentadoria rural por idade seja importante fonte de renda, a pesquisa não permite afirmar, de um modo geral, que os recursos previdenciários destinados aos agricultores familiares, estejam sendo usados por todos os produtores como forma de manutenção das atividades produtivas e de sua propriedade. A pesquisa aqui esboçada algumas limitações para sua realização, nesse contexto, pode se dizer que, o acesso aos recursos previdenciários se apresenta como uma contribuição para a manutenção e ampliação da renda dos agricultores familiares. Como se trata de um estudo de caso, os resultados da pesquisa somente são válidos para as famílias entrevistadas,

ou seja, as conclusões não podem ser expandidas para outros agricultores familiares do município. Entretanto os resultados indicam uma realidade semelhante àquela apresentada e citada na revisão teórica, que pode ser utilizada de base para outros estudos.

3. A Evolução dos Direitos Previdenciários

Neste capítulo serão abordados vários assuntos advindos da evolução dos direitos previdenciários no Brasil. O direito previdenciário teve seu início com a Lei Eloy Chaves em 1923, esta Lei consistia em um sistema de Caixa previdenciário a trabalhadores ferroviários. Após essa iniciativa, outros setores passaram a utilizar do mesmo método e recurso para adquirir direitos a outras classes trabalhadoras.

Aos poucos as leis foram se aprimorando, mas somente após a Constituição de 1988, a Previdência Social deu início ao acesso universal de idosos rurais e inválidos de ambos os sexos à previdência social. As principais mudanças efetivas na aplicação administrativa ocorreram a partir de 1992, que foram, equiparação de condições de acesso para homens e mulheres, a redução do limite de idade para aposentadoria por idade e o estabelecimento de um piso de aposentadorias e pensões em um salário mínimo. Essas novas regras, aplicadas aos trabalhadores formais e produtores em regime de economia familiar, tiveram efetivo impacto social e econômico (DELGADO, CARDOSO, 1999).

A aposentadoria rural por idade é muito importante, no sentido de garantir aos trabalhadores da agricultura familiar uma remuneração mínima ao envelhecerem. Essa remuneração é de fundamental importância para as famílias, pois, na agricultura familiar algumas famílias trabalham para a subsistência, não possuindo renda fixa. No momento que a família que sobrevive da subsistência, tem algum indivíduo recebedor do benefício da aposentadoria rural, a família passa a ter uma renda fixa mensal, e o aposentado por sua vez começa a ser visto de uma forma diferente, a ser mais valorizado e considerado um verdadeiro bônus para suas famílias (SABOIA, 2004).

O envelhecimento populacional vem gerando diversos desafios tanto para sociedade quanto para o Estado. No que tange à população rural o envelhecimento populacional destaca-se principalmente, devido ao aumento do número de idosos rurais aposentados e as alterações que esses vem ocasionando nas comunidades locais, nas estruturas familiares e nas condições de vida dos idosos e de suas famílias (WAJNMAN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2004).

Segundo Tavares (2011) em relação ao perfil do aposentado rural de hoje, neste predominam as mulheres, por que elas se aposentam antes que eles e vivem

em média mais do que os homens. Após o recebimento do benefício da aposentadoria por idade as mulheres passam a ter maior liberdade e independência financeira, pois tem seu dinheiro todo final de mês podendo utilizá-lo da forma como acharem melhor. No caso de famílias em que a mulher se aposenta primeiro ou então ela é viúva, essa mulher passa a assumir as responsabilidades da família, se tornando muitas vezes chefe dessa família.

O aposentado rural constitui “figura chave” na manutenção da família rural, segundo Augusto & Ribeiro (2006) a presença deste pode ser sinônimo de tranquilidade para a família, porque, além de prover alimentação, seu lar ganha mais conforto com a aquisição de móveis, reformas, construções e muito mais. Talvez não seja uma justa dependência de familiares idosos, quando, já aposentado, deveria descansar e desfrutar de cuidados e não cuidar dos outros. Entretanto o benefício do idoso aposentado, mesmo não sendo uma grande quantia, é de muito valor e faz a diferença para essas famílias.

3.1 Características da Previdência Social no Brasil

A Previdência Social é uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados, ou seja, prestações pecuniárias pagas pela Previdência aos segurados ou aos seus dependentes. É uma forma de atender a eventual doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade, salário-família, auxílio-reclusão e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012c).

A aposentadoria nem sempre se apresentou como uma preocupação para as famílias e para o governo, pois antes do período de industrialização e urbanização as famílias eram extensas, os idosos partilhavam de seus bens materiais com os filhos, tendo antes que sustentar seus pais, quando estes já não podiam mais trabalhar e produzir o próprio sustento. Foi apenas depois da industrialização que passou-se a pensar em algum amparo aos idosos, chegando a conclusão de que o governo deveria intervir, criando a Previdência Social (TAVARES, 2011).

Embora existisse no século XIX uma legislação previdenciária, ela atendia apenas aos servidores civis e militares da União. A Lei Eloy Chaves¹, promulgada

¹ A Lei Eloy Chaves, foi publicada em 24 de janeiro de 1923, consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, pois criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das

em 1923, pode ser considerada o marco legal do sistema previdenciário no Brasil. Sua cobertura inicialmente atendia a uma parcela dos empregados urbanos de certas empresas, e passou posteriormente a atender outros grupos, como, empregadores, autônomos, empregados domésticos, trabalhadores rurais (BRUMER, 2002).

Beltrão (2012) diz que a primeira medida de inclusão do trabalhador rural entre os beneficiários da previdência social ocorreu em 1945, quando Getúlio Vargas assinou a Lei Orgânica dos Serviços Sociais (Decreto-Lei 7.526, de 7 de maio de 1945), criou o (ISSB) Instituto de Serviços Sociais do Brasil. Como forma de unificação de todas as instituições previdenciárias existentes, os benefícios do seguro social seriam estendidos a toda a população ativa do país. No entanto, o próximo governo empossado em 1946 não colocou em prática esse plano.

Somente em 1955 houve um novo esforço para fazer com que a proteção social atingisse os trabalhadores rurais. Em setembro de 1955 foi criado, pela Lei 2.613, o (SSR) Serviço Social Rural, órgão que foi custeado basicamente pelas empresas industriais urbanas e destinado à prestação de assistência à população rural. No entanto, essas atividades só tiveram início oficialmente em 1957 (BELTRÃO, 2012).

Segundo David (1999), foi na década de 1960 que aconteceu de fato a primeira tentativa de extensão da malha de proteção previdenciária, benefício que já era disponível para a maioria dos trabalhadores urbanos. Em 1963, criou-se o Estatuto do Trabalhador Rural, que deu origem ao Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Esse fundo era financiado por 1% do valor dos produtos agropecuários comercializados, e seguia basicamente à mesma estrutura atualmente em vigor, aposentadoria por invalidez e velhice, pensão aos beneficiários em caso de morte, assistência médica e complementar, auxílio-funeral e auxílio-doença. No entanto não apresentou os resultados esperados, ou seja, a universalização da Previdência Social.

Em 1969 houve uma nova tentativa de expansão da cobertura previdenciária ao meio rural, o Plano Básico, que também não apresentou os resultados esperados. Neste contexto, em 1971, a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio somada a lei 6.260, de 6 de novembro de 1975, instituiu o Programa de Assistência

empresas ferroviárias. No entanto após a promulgação desta lei, outras empresas e categorias foram beneficiadas e passaram a ser também segurados da Previdência Social (BRUMER, 2002).

ao Trabalhador Rural (PRÓ-RURAL), como forma de substituição ao plano básico de previdência social rural, concedendo aos empregados rurais e seus dependentes os benefícios e serviços previdenciários (DAVID, 1999).

Após a aprovação da Lei Complementar nº 11 no ano anterior, e a criação do Pró-rural/FUNRURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural/Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural) em 1972, iniciou-se um sistema de aposentadoria rural. Inicialmente a aposentadoria possuía características e critérios diferentes dos atuais, sendo que, seus beneficiários recebiam meio salário mínimo, apenas os homens eram contemplados e a idade mínima para solicitar o benefício era 65 anos (SILVA & HESPANHOL, 2012).

Ainda segundo Silva & Hespanhol (2012), essas características foram mudadas em 1988 com a aprovação da nova Constituição Federal. Mudanças como a aposentadoria para as mulheres, a redução do limite de idade, aumento do valor mensal do benefício concedido. Essas novas regras só entraram em vigor quatro anos mais tarde, em 1992, e passaram a contemplar também o produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar sem empregados permanentes (Constituição Federal de 1988, ART. 194, § 8º).

David (1999) menciona que a Constituição Federal promulgada em 1988 pode ser considerada um marco, uma vez que introduziu transformações substanciais, tais como o princípio básico de universalização e a equivalência entre os benefícios rurais e urbanos, com um piso unificado e igual a um salário mínimo. Isso ocorreu apenas em junho de 1991, quando essa lei foi sancionada.

Kreter (2004) salienta que a constituição de 1988 teve como princípio a universalidade social, englobando as áreas de saúde, previdência social e assistência social. Mudanças significativas foram feitas no sistema previdenciário, e alguns problemas enfrentados por trabalhadores rurais passaram a ser mais discutidos. A solução surgiu com as Leis nº 8.212² e nº 8.213³ que entraram em vigor em 1991, com o objetivo de inserir trabalhadores rurais de maneira mais ampla no sistema.

A Constituição de 1988 foi responsável por fazer da Previdência Social um sistema de direitos da cidadania. Os principais impactos na legislação decorrentes

² Plano de custeio da Seguridade Social (KRETER, 2004)..

³ Plano de Benefícios da Previdência Social (KRETER, 2004).

da constituição foram à universalidade da cobertura e a noção de equidade no financiamento do sistema e na distribuição dos benefícios. Um dos princípios básicos é o de que a previdência deve assegurar o sustento do trabalhador e de sua família quando ele não puder se manter, seja por doença, acidente, gravidez, prisão, morte ou velhice (PREVIDÊNCIA, 2010d).

Outra inovação da Constituição de 1988 foi de tornar a Previdência Social um direito no âmbito da seguridade social junto com a saúde e a assistência. Conforme mencionado no site da Previdência Social (2012c), o recurso da previdência que é transferido para o beneficiário, é uma forma de substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho. E para melhor atender as necessidades, a Previdência oferece vários tipos de benefícios que garantem tranquilidade a seu recebedor.

Amorin (2012) enfatiza que a Previdência Social mantém dez tipos de benefícios diferentes, são eles aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão, pensão por morte, salário-maternidade, salário-família conforme caracterizadas no quadro 01.

Quadro 01- Tipos de Benefícios e suas características, 2012

Tipo de Benefício	Características
Aposentadoria por idade	Têm direito a esse benefício os trabalhadores da área urbana do sexo masculino aos 65 anos e do sexo feminino aos 60 anos de idade. Os trabalhadores rurais tem direito, aos 60 anos os homens, e as mulheres aos 55 anos.
Aposentadoria por invalidez	É concedido por doença ou acidente, quando os trabalhadores forem considerados incapacitados para exercer suas atividades ou outro tipo de serviço que lhes garanta o sustento.
Aposentadoria por tempo de contribuição	Pode ser integral ou proporcional. A aposentadoria integral, o trabalhador homem deve comprovar pelo menos 35 anos de contribuição e a mulher 30 anos. Para requerer a aposentadoria proporcional, o trabalhador tem que combinar dois requisitos: tempo de contribuição e a idade mínima.
Aposentadoria especial	É concedido ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.
Auxílio-doença	É concedido ao segurado impedido de trabalho por doença ou acidente por mais de 15 dias consecutivos.
Auxílio-acidente	É pago ao trabalhador que sofre um acidente e fica com sequelas que reduzem sua capacidade de trabalho.
Auxílio-reclusão	Benefício concedido a dependentes do segurado que for preso por qualquer motivo, no entanto o detento deveria estar contribuindo, antes da detenção.

continua

continuação

Pensão por morte	Benefício pago à família do trabalhador em caso de morte do beneficiado.
Salário-maternidade	As trabalhadoras que contribuem com a Previdência Social, têm direito ao salário-maternidade nos 120 dias em que ficam afastadas do emprego por causa do parto.
Salário-família	Benefício pago aos trabalhadores com salário mensal de até um salário mínimo, para auxiliar no sustento dos filhos, enteados e os tutelados de 0 a 14 anos ou inválidos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Amorin (2012) e Previdência Social 2012.

No que diz respeito a aposentadoria por idade, têm direito a esse benefício da aposentadoria por idade, os trabalhadores urbanos do sexo masculino a partir dos 65 anos e do sexo feminino a partir dos 60 anos de idade. Os trabalhadores urbanos, para solicitar o benefício da aposentadoria precisam comprovar 180 contribuições mensais, ou seja, eles precisam ter contribuído a mais de quinze anos para ter direito a esse benefício (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012b).

Os trabalhadores rurais podem solicitar aposentadoria por idade com cinco anos a menos, que os trabalhadores urbanos. Os trabalhadores rurais têm de provar, com documentos, 180 meses de atividade rural, conforme segue o quadro 02 (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012b).

Quadro 02 - Tabela progressiva de carência para segurados.

Ano de Implementação das Condições	Meses de Contribuição Exigidas
1991	60 meses
2000	114 meses
2005	144 meses
2010	174 meses
2011	180 meses

Fonte: Elaboração própria a partir de Previdência Social (2012b).

O quadro 2 demonstra a evolução do tempo de contribuição ou tempo de trabalho para que seja possível solicitar a aposentadoria por idade. No ano de 1991 o tempo de trabalho e contribuição era de 60 meses, em 2000 era de 114 meses. Se levarmos em consideração do ano de 1991 a 2011, ou seja, em vinte anos o tempo de contribuição aumentou 120 meses. O tempo de contribuição vem aumentando no decorrer dos anos, principalmente por que as pessoas estão vivendo mais, e conseqüentemente devem se aposentar mais tardiamente, esta também é uma

medida para evitar que a Previdência Social continue tendo recursos para pagar os aposentados⁴.

Para começar a usufruir dos recursos da previdência o indivíduo deve fazer um requerimento de solicitação, que pode ser feito pela internet, com agendamento prévio pelo portal da Previdência Social. Pode ser feita também pelo telefone 135 ou nas Agências da Previdência Social. De acordo com Decreto 6.722, de 30 de dezembro de 2008, os dados constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) valem para todos os efeitos como prova de filiação à Previdência Social, relação de emprego, tempo de serviço ou de contribuição e salários de contribuição. O segurado poderá solicitar, a qualquer momento, a inclusão, exclusão ou retificação das informações constantes do CNIS com a apresentação de documentos que comprovem os dados divergentes, conforme critérios estabelecidos pelo INSS (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012b).

Neste contexto, os trabalhadores rurais passaram a participar do sistema previdenciário de duas formas, através da contribuição obrigatória e da contribuição facultativa. Na contribuição obrigatória os trabalhadores trabalham com carteira assinada e contribuem para a previdência durante suas vidas laborais e posteriormente gozam da aposentadoria na inatividade. A contribuição facultativa abrange principalmente trabalhadores classificados como segurados especiais. São considerados especiais os trabalhadores rurais informais os quais participam da agricultura familiar ou de subsistência (KRETER, 2004).

Kreter (2004) diz que de acordo com o inciso VII do artigo 11º da lei nº 8.213/91 é considerado segurado especial o produtor, parceiro o meeiro e o arrendatário rural, que exerça suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar ainda que com ajuda de terceiros. Bem como seus cônjuges companheiros filhos maiores de 14 anos. Neste trabalho os segurados especiais são representados apenas pelo aposentado vinculado a Previdência Rural.

Para Previdência Social (2012b), é considerado segurado especial o indivíduo que tenha trabalhado em condições prejudiciais à sua saúde ou à integridade física. Para ter esse direito, o trabalhador deverá comprovar, além do tempo de trabalho, efetiva exposição aos agentes nocivos a saúde ou associação de agentes

⁴ Esta questão dos recursos previdenciários não será aprofundada neste trabalho.

prejudiciais pelo período exigido para a concessão do benefício⁵. Além disso, a exposição aos agentes nocivos deverá ter ocorrido no dia a dia, e não de forma ocasional nem eventualmente⁶.

Segundo Kreter (2004) os segurados especiais são considerados trabalhadores rurais informais, os que participam da agricultura familiar ou de subsistência. Esses trabalhadores não contribuem compulsoriamente para previdência, mas tem o direito de receber aposentadoria por idade ou invalidez, mediante comprovação de atividade rural.

Para Leite (2010) a comprovação do efetivo exercício da atividade rural se dá com base em provas materiais e provas plenas.

[...]início de prova material, tem-se em vista que a própria Lei dos Benefícios prevê [...] os quais, por estarem enumeradas em lei, são considerados como "prova plena", isto é, não carecem de corroboração por prova testemunhal: contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social; contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural; declaração fundamentada de sindicato que represente o trabalhador rural ou, quando for o caso, de sindicato ou colônia de pescadores, desde que homologada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; comprovante de cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no caso de produtores em regime de economia familiar; bloco de notas do produtor rural; notas fiscais de entrada de mercadorias[...] (LEITE, 2010, p. 5).

Ainda segundo Leite (2010) as notas de entrada de mercadorias devem emitidas pela empresa que adquiriu a produção, onde deve constar:

[...]indicação do nome do segurado como vendedor; documentos fiscais relativos a entrega de produção rural à cooperativa agrícola, entreposto de pescado ou outros, com indicação do segurado como vendedor ou consignante; comprovantes de recolhimento de contribuição à Previdência Social decorrentes da comercialização da produção; cópia da declaração de imposto de renda, com indicação de renda proveniente da comercialização de produção rural; ou licença de ocupação ou permissão outorgada pelo INCRA (LEITE, 2010, p. 5).

A Constituição prevê também a idade mínima para concessão de aposentadoria por idade ao trabalhador rural do sexo masculino para 60 anos e do sexo feminino a 55 anos e igualou as condições para homens e mulheres ao acesso

⁵Período exigido para concessão de benefício é em torno de 15, 20 ou 25 anos (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012b).

⁶ A comprovação de exposição aos agentes nocivos é feita através de formulários denominados Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), preenchido pela empresa ou próprio requerente, com base em Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), que pode ser dado por algum médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012b).

à previdência. Medidas como estas afetaram de maneira significativa tanto a renda quanto o nível de bem estar da população residente no setor rural (DAVID,1999).

3.2 Agricultura familiar

Segundo Schiefelbein (2012), desde a doação de sesmarias, no processo inicial de colonização, estabeleceram-se algumas bases da estrutura fundiária do sul do estado do Rio Grande do Sul, marcada pelos latifúndios, com grandes extensões de terra aos "amigos" da Coroa, gerando concentração de terra e renda. O período que marca a chegada dos colonos alemães e italianos ao Estado (início século XIX), ao território gaúcho, é palco de transformações, na construção de um território da agricultura familiar. A instalação das colônias, pelo Império, estabeleceu a formação da identidade camponesa no Estado, pois a partir desta ligação com culturas da terra natal e novo espaço foi construída uma nova territorialidade com símbolos e identidade próprias.

As famílias de imigrantes alemães se dedicavam especialmente à agricultura de subsistência, onde cultivam produtos através da utilização de mão de obra familiar. Por volta de 1870, a agricultura colonial alemã passou a exportar para o centro do país, abastecendo o mercado gerado pela cultura do café. Ao final do século XIX eram exportados milho, feijão, batata, mandioca, trigo, toucinho e banha. O Rio Grande do Sul nessa época era denominado "celeiro do país" (STOFFEL & PAIVA, 2011).

Segundo Schiefelbein (2012), é importante frisar que o modelo de colonização com a introdução de imigrantes deu origem a um novo sistema agrário no Rio Grande do Sul. Um conjunto de práticas e técnicas, bem como aos meios sociais e econômicos de produção desenvolvidos com a vinda dos primeiros imigrantes europeus. Desta forma, consolidou-se o sistema agrário colonial, pelo interesse da Coroa em promover pequenas propriedades.

Segundo Navarro (2010), a agricultura familiar foi incluída na agenda nacional e no cenário político apenas na primeira metade dos anos 1990. Este tipo de estabelecimento de menor escala já existia, no entanto vinha sendo designado sob diferentes expressões, como minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou agricultores de baixa renda. Esta atividade econômica de produtores, na literatura, acadêmica ou não, quase sempre foi denominada de

pequena produção. Regionalmente, outras expressões davam nome a este agrupamento social, como lavradores especialmente no Nordeste, ou colonos, particularmente nas regiões do Sul do Brasil onde ocorreram processos de colonização com famílias de origem europeia.

Altafin (2010) diz que a agricultura familiar brasileira pode ser denominada por vários nomes, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira, no nordeste é chamado de tabaréu, em outras regiões é conhecido como caboclo. Para o autor, todas fazem referência ao agricultor, a quem vive no campo, mas também pode indicar uma pessoa rústica, atrasada e ingênua.

Stoffel e Paiva (2011) salientam que a agricultura familiar vem de longo tempo, e que a diferença é que os agricultores familiares eram chamados por outros nomes anteriormente, como camponês, produtor familiar, agricultor de pequeno porte, pequena propriedade, colono. E o conceito agricultura familiar surgiu do conceito de agricultura colonial, onde a ocupação era com pequena propriedade e com mão de obra familiar. A agricultura familiar pode ser caracterizada como uma unidade produtiva administrada pelo proprietário e sua família utilizando mão de obra principalmente familiar.

Segundo Silva (2010), o conceito de agricultura familiar, pode partir do corte legal adotado pela legislação brasileira, que considera uma propriedade familiar, a propriedade que possui até dois assalariados permanentes e eventual ajuda de outros trabalhadores. A partir da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, Art. 3º, para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, a alguns requisitos. Conforme consta na Lei nº 11.326/2006, é agricultor familiar aquele produtor que:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades da propriedade;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. . (Lei 11326/2006, artigo 3)

A Lei nº11.326/2006 define 4 módulos fiscais e a contratação de até dois empregados permanentes como o limite máximo para um empreendimento familiar na agricultura brasileira. Determina também que a mão de obra deve ser predominantemente da própria família e a renda ser originada nas atividades da propriedade; a direção também tem que ser feita por um membro da família.

Para a FAO (*Food and Agriculture*), e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), para agricultura familiar deve se considerar que a administração da propriedade rural seja feita pela família, que o trabalho em sua maioria seja desempenhado pelos membros dela e que os fatores de produção sejam de propriedade da família. Schiefelbein (2012) salienta que na visão da Embrapa a agricultura familiar é uma forma de produção em que o núcleo de decisões, gerência, trabalho e capital são controlados pela família.

Segundo Toledo e Schneider (2008), o conceito de disposição dos agricultores familiares, para o ajuste das operações de crédito pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PRONAF), adota alguns critérios:

I – são considerados agricultores familiares, aqueles que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II – devem residir na propriedade ou em local próximo;

III – aqueles que não dispõem, de qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais,

IV - obtenham, no mínimo, de 30% (trinta por cento) e até 70% (setenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária do estabelecimento;

V – trabalhem predominante na exploração do estabelecimento familiar, podendo manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir.

Toledo e Schneider (2008) caracterizam os agricultores familiares por faixa de renda bruta, conforme segue:

Os agricultores familiares foram categorizados por faixa de renda bruta anual: Grupo “A”, para os assentados da reforma agrária até R\$ 14.000,00, Grupo “B”, até R\$ 4.000,00/ano, Grupo “C”, de R\$ 4.000,00 até R\$ 18.000,00/ano, Grupo “D”, acima de R\$ 18.000,00 até R\$ 50.000,00, e Grupo “E”, de R\$ 50.000,00 até R\$ 110.000,00. Além dessa estratificação, para efeitos de contratação em operações de crédito, foram incluídos os quilombolas, indígenas e pescadores artesanais (TOLEDO E SCHNEIDER, 2008, p. 6).

Os dados acima relatados representam uma pequena parcela do universo de informações a respeito da agricultura Familiar, e o seu vínculo com a Previdência Social. E demonstrar que só tem direito a Aposentadoria Rural aquele Agricultor que se enquadra na óptica da agricultura familiar, pois um grande produtor Rural, não consegue esse tipo de benefício.

No referido trabalho busca-se principalmente mostrar a grande contribuição da previdência social rural na vida dessas famílias, que trabalham em regime de economia familiar sem carteira assinada. A Previdência Social é muito importante para agricultura familiar, pois os indivíduos antes só tinham renda proveniente de sua produção, ou, agricultura de subsistência. Após ter um familiar que receba uma aposentadoria, essa família tem a possibilidade de uma renda fixa mensal, dando maior segurança e tranquilidade para família.

3.3 A Importância da renda oriunda das aposentadorias nos domicílio rurais

No que tange a população idosa, os estudos que refletem essa questão são válidos, pois, mais que garantir aos idosos, uma longevidade maior, é importante lhes proporcionar maior qualidade de vida também. Por isso, é tão importante o entendimento do termo qualidade de vida (TAVARES, 2011).

Segundo Pascoal (2007), esse termo surgiu no pós segunda guerra mundial, inicialmente como forma de referir-se a bens materiais conquistados pela população, e posteriormente como forma de medir o desenvolvimento econômico, e por meio de indicadores como o PIB (Produto Interno Bruto) concluíam se a população tinha melhor ou pior qualidade de vida.

Andrade (2011), a aposentadoria rural permite uma valorização do idoso no espaço familiar. Por meio da renda, ele obtém uma proteção de subsistência da família.

Beltrão, Camarano e Mello (2004), sobre a situação da população rural brasileira, pode se observar que a aposentadoria além de servir como forma de seguridade contra a perda da capacidade de trabalho, mas também é uma forma de renda e de diminuir a pobreza. Essa aposentadoria esta alterando a composição dos arranjos familiares, pois cada vez mais as famílias possuem algum idoso em casa, participando de forma ativa na composição da renda, auxiliando no orçamento familiar, no custeio da produção agrícola.

Como já havia sido mencionado anteriormente, várias mudanças ocorreram na aposentaria rural no início dos anos 1990, e com elas as transformações para a vida de seus beneficiários, para a localidade onde residem, e para todos aqueles que deles dependem, de maneira direta ou indireta, por esses motivos que o recebimento deste benefício é tão importante (SILVA & HESPANHOL, 2012).

Sobre este tema os mesmos autores comentam que:

Pela dimensão que assumiu no contexto nacional, a Previdência Rural se transformou no principal programa social de distribuição de renda para homens e mulheres do campo, além de ser o principal fator de dinamização da economia de muitos municípios de pequeno porte (DELGADO & CARDOSO, 1999; ZIMMERMANN, 2005 apud HESPANHOL, 2008, p.13).

David (1999) cita dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), entre 1992 e 1997, cresceu 21% o número de domicílios rurais que declaravam algum rendimento oriundo de previdência oficial. Em 1996 os domicílios rurais beneficiados representavam 30% do total de domicílios rurais, sendo que 45% possuem rendimento inferior a 2 salários mínimos.

David (1999) enfatiza a importância do recebimento dos benefícios previdenciários na composição da renda domiciliar rural, onde aproximadamente 13% dos domicílios rurais têm pelo menos 50% de sua renda oriunda da Previdência

Social, conclui-se que a previdência rural vem adquirindo importante papel enquanto política social no campo, e no combate a pobreza.

Segundo Kreter (2004), espera-se que famílias com aposentados, elevem ao longo do tempo a renda familiar de modo a comprovar a eficácia do sistema de previdência rural. De um modo geral nas propriedades com idosos sofram alguma melhoria ao longo da década de 1990, podem destaca-se nos domicílios com rendimento de mais de um salário mínimo. A previdência social foi eficaz durante o período da década de 1990 pois reduziu a pobreza e a desigualdade social

No que se refere a uma pesquisa feita entre os anos de 1992 a 1997, demonstra que a redução do número de pobres na zona rural, supera os números da zona urbana, principalmente no período de 1992 e 1995. David (2009) ressalta que isso se deve principalmente à implantação do plano Real, à redução da inflação, mas principalmente a universalização dos benefícios previdenciários.

Segundo Previdência Social (2012a) nos últimos anos a Previdência Social retirou 23 milhões de pessoas da pobreza, apenas com o repasse dos benefícios. Onde 82% dos idosos com mais de 60 anos têm cobertura previdenciária. Enquanto metade das crianças com menos de sete anos está em uma família pobre, apenas um em cada dez idosos está abaixo da linha de pobreza. Principalmente na agricultura os benefícios da Previdência Social geram um ciclo econômico que movimenta os comércios e empreendimentos autônomos na maioria dos municípios brasileiros. A maior parte do dinheiro que chega aos aposentados é movimentada na própria região, o que gera uma expectativa financeira maior para todos os segmentos envolvidos no processo econômico da cidade.

Camarano, Kanso, Mello (2004) revelam que os idosos são responsáveis por uma contribuição importante na renda das famílias. Em 1980, a contribuição do rendimento do idoso foi de 46,6% na renda da sua família e em 2000 passou para 58,5%. Em geral, o idoso está em melhores condições de vida que a população jovem, pois apresenta um rendimento maior, uma grande parcela tem casa própria e contribui na renda das famílias.

Em famílias onde idosos são chefes, encontra-se maior número de filhos e netos morando juntos, essa situação deve ser levada em consideração, tendo em vista que os jovens estão tendo dificuldades em relação à sua participação no mercado de trabalho, aumentando as taxas de desemprego, violências de várias ordens, criminalidade, entre outras causas (CAMARANO, KANSO, MELLO, 2004).

A Previdência Social garante ao idoso, maior estabilidade financeira, pois proporciona uma renda fixa mensal. Segundo Silva & Hespanhol (2012) essa renda auxilia no atendimento às necessidades básicas, sem a obrigação de continuarem desempenhando as atividades agrícolas, no entanto muitos deles ainda utilizem desse dinheiro para o custeio das atividades produtivas. Levando em consideração a agricultura familiar, onde os agricultores não recebem nenhum outro tipo de renda fixa, no momento em que um indivíduo passa a receber algum tipo de benefício, ocorrem algumas mudanças na vida dessas famílias.

Os repasses da Previdência Social para os pequenos municípios promovem uma transferência de renda, das pessoas mais ricas para as mais pobres, e das regiões mais ricas para as mais necessitadas, ou seja, é uma justiça social que beneficia as famílias daqueles locais com menor estrutura e mais necessitados. E se não houvesse essa transferência de renda, o Brasil teria 23 milhões de pobres a mais (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012a).

O recebimento do benefício da aposentadoria, a Previdência Rural exerce influência sobre a renda domiciliar total, não pode se desconsiderar o impacto em termos de redução da pobreza rural em todo o país. Os resultados, em termos de redução de número de pobres rurais, da expansão da malha previdenciária ao campo, que se fizeram sentir (DAVID, 2009).

Segundo Camarano, Kanso, Mello (2004), famílias brasileiras que possuem idosos estão em melhores condições econômicas, do que famílias sem idosos, ou, seja, são menos pobres. Levando em consideração que famílias com idosos apresentam rendimento médio mensal per capita menor do que um salário mínimo, uma proporção de 27,8%. As que não contêm idosos apresentam uma proporção de 15,0%, quase duas vezes mais elevada que as que contêm.

David (2009) menciona o efeito da transformação no sistema previdenciário como fator importante no aumento da renda média domiciliar rural, implicando em uma maior capitalização das famílias receptoras desse benefício. Em primeiro lugar, esse excedente monetário, pode ser empregado na melhoria das condições de moradia das famílias, na compra de bens de consumo, e até mesmo a possibilidade de liberação da mão-de obra infantil do trabalho.

Sabe-se que boa parte da renda no campo é investida na produção agropecuária, ali mesmo na propriedade rural, aumentando a capitalização do trabalhador rural. Esse aumento do investimento, pode ser bastante diferenciado, de

acordo com o tamanho do estabelecimento, o tipo de produção e das necessidades produtivas da atividade em questão, entre outros aspectos (DAVID, 2009).

Biolchi, Schneider (2003) concluíram que o benefício previdenciário, pode funcionar como uma espécie de seguro agrícola indireto, pois garante a subsistência familiar e até permite financiar sua pequena produção. Dessa forma o excedente seria reinvestido na própria atividade produtiva, criando condições para a reprodução da economia familiar.

Famílias com baixa renda possuem necessidades básicas de consumo, muito pouco do que recebem na aposentadoria vai para poupança. A grande maioria desses recursos vai para consumo. E consumo local, que gera renda, empregos consumo dessas pessoas. Ou seja, essas pessoas consomem ali na sua própria comunidade, gerando empregos e movimentando a economia local (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012a).

Nesse contexto, o acesso aos recursos previdenciários vêm se apresentando como uma contribuição significativa para a manutenção e ampliação da renda dos agricultores familiares. Embora grande parte dos domicílios que recebem aposentadoria e/ou pensão mantenham-se ativos, realizando algum tipo de atividade produtiva, a maior parte dos aposentados gaúchos não utilizam a renda de seus benefícios para a manutenção das atividades produtivas que desenvolvem nos estabelecimentos, mas para suprir os gastos com saúde e alimentação. No entanto, um fator a influenciar o destino dos recursos previdenciários auferidos pelos agricultores familiares, é a situação econômica em que estas famílias se encontram no momento em que são contempladas com a política pública (BIOLCHI, SCHNEIDER, 2003).

Tavares (2011) salienta que o modelo do sistema familiar esta mudando, e que a forma de administração dos recursos familiares também estão mudando. E isso é extremamente importante, pois afeta diretamente a qualidade de vida dos mesmos, pois principalmente o que acontece com aposentados rurais, os recursos são escassos e cabe principalmente a família decidir onde vais ser feito o investimento de modo a maximizar o seu uso, proporcionando maior satisfação. Portanto, a administração correta dos recursos familiares é uma forma de promover o bem estar da família.

3.4 As condições de vida do idoso

Para Tavares (2011), a família é uma instituição básica da sociedade, responsável pelo fornecimento de suporte, proteção, norma, alimentação e socialização de seus membros. A família vem com uma carga de fenômenos biológicos, como o nascimento, procriação, envelhecimento e morte. Com as várias modificações na expectativa de vida, índices de fecundidade e envelhecimento de seus membros, as famílias vêm mudando sua forma com o decorrer do período.

As famílias estão diferentes, pois anteriormente os casais tinham mais filhos, e não possuía tantos idosos em seu meio. Na literatura existem vários conceitos para envelhecimento, no entanto não há uma definição clara e nem um consenso sobre o assunto, muitos dizem que pode ser dado pela idade cronológica, características fisiológicas, entre outros (TAVARES, 2011).

Camarano (2004) parte do princípio de que o envelhecimento de um indivíduo está associado a um processo biológico de declínio de algumas capacidades, como físicas, fragilidades psicológicas e comportamentais. Então, muda-se o foco, a idade já não é mais sinal de doença e sim a capacidade do organismo de responder às necessidades da vida cotidiana, a capacidade e a motivação física e psicológica para continuar na busca de objetivos e novas conquistas. O aumento da esperança de vida e as mudanças nos papéis dos indivíduos com mais idade na sociedade abrem discussão para o conceito de “idoso”.

Esse envelhecimento da população se dá por uma série de fatores segundo Tavares (2011) o principal deles é a diminuição da taxa de fecundidade⁷. Outro fator importante é a diminuição na taxa de mortalidade, que conseqüentemente aumenta a expectativa de vida das pessoas. Com esse aumento do envelhecimento populacional a figura do idoso aposentado ganha destaque em questões econômicas e sociais.

Idoso já não é mais sinônimo de reumatismo, mau humor ou rabugice, com o aumento da expectativa de vida, isso mudou. Hoje pode se dizer que é sinônimo de consumo. Ballstaedt (2012) enfatiza que cerca de 15 milhões de consumidores ou

⁷ Vários fatores levam a diminuição da taxa de fecundidade, entre eles a difusão de métodos contraceptivos orais, aumento da escolaridade feminina, maior número de mulheres no mercado de trabalho e a transição da população da área rural para urbana (TAVARES, 2011).

14% da população adulta, na maioria mulheres, tem grande poder de influenciar hábitos de consumo nas famílias.

Grinover (2003), também salienta essa idéia, de que mudou a imagem tradicional dos velhinhos-problema, pelo contrário eles são os responsáveis pela manutenção de 25% dos lares nacionais. Grinover (2003) cita uma pesquisa feita em que, de cada cem entrevistados, 68 declaram ser responsáveis pelas decisões de compra da família. E eles estão em maior número na classe A/B (38%) do que a média nacional, segundo levantamento da Associação Nacional das Empresas de Pesquisa de Mercado (ANEP).

Conforme a fonte anterior citada, pesquisas de mercado têm apontado crescente valorização das opiniões daqueles com mais de 60 anos, deixando de lado uma parcela da população que se revelava mais importante nas decisões do lar do que se imagina. No entanto, as entrevistas revelaram que os idosos são grandes formadores de opinião, e geralmente cuidam dos netos para que os filhos possam trabalhar, influenciando ainda mais nas decisões das famílias (GRINOVER, 2003).

Pereira (2006) diz que muitas vezes, quando se pensa em idosos, imagina-se que ele pode ser um ônus financeiro e de necessidades especiais, como sendo um peso para família. Entretanto a obrigação de amparar um idoso, pode vir a facilitar a vida das famílias, pois o mesmo pode contribuir para a renda familiar. Cada vez mais prova-se que uma parcela considerável da população idosa tem a necessidade de assegurar a manutenção do orçamento próprio e familiar. O idoso passa a ser então uma fonte de recursos para família.

A participação do idoso na renda familiar se revela cada vez mais expressiva. O IBGE (2006) demonstra estudos feitos no Brasil no início da década de 1980 e em comparativo com 1990 e 2007. O número de idosos que participavam da renda familiar em 1980 era de 37%, na década de 1990, 47,2%, em 2007 era de 53%, ou seja, mais da metade da renda urbana é fornecida por pessoas com 60 anos ou mais. Em domicílio rurais esse número sobe para 67,3% em 2007, o nordeste brasileiro apresentou o maior índice de aposentados que participam da renda familiar, em 2007 esse índice foi de 73%.

Grande parte do que se tem lido e debatido sobre envelhecimento populacional, é visto de forma generalizada. Como por exemplo, que a população idosa é homogênea, e tem experiências e necessidades comuns, sendo um grupo dependente e vulnerável. Ainda existe a visão de que idosos são improdutivos,

levando a se pensar que o crescimento dessa população pode acarretar um peso sobre a população jovem, pelos custos que poderá gerar para sustentá-la. No entanto, tem que se pensar, e levar em consideração que os idosos são considerados grandes consumidores, principalmente de recursos públicos e benefícios previdenciários, serviços de saúde (CAMARANO, 2004).

O envelhecimento populacional é inevitável, e deve ser visto como uma realidade. Não se pode ignorar a questão das transformações nas relações sociais inerentes a essa mudança, pois dessas questões podem surgir novas e constantes questões socioeconômicas. Como, por exemplo, o papel econômico representado pelos idosos nas famílias de baixa renda, ou o aumento da população idosa e a falta de oportunidade de trabalho, as vezes também a aposentadoria desse idoso é a única fonte de renda da família que, nem por isso, passa a percebê-lo como um membro ativo na sociedade (GUIMARAES, 2007).

Em contraponto, Guimarães (2007) tem uma visão mais dura a respeito dos idosos, essa visão ainda permanece entre algumas pessoas. A partir do momento em que o idoso é considerado improdutivo dentro do mercado de trabalho, “as portas se fecham”, e passa-se a ver o idoso como um ser que nada mais pode fazer pelo crescimento da sociedade, e sua vida se resume em esperar a morte. Ao agirmos e ao pensarmos desse modo, nos remetemos por um lado, a encarar a aposentadoria como uma recompensa merecida; por outro lado, como um passo definitivo para a exclusão social. Independente de como se entenda a aposentadoria, fato é que, na maioria das vezes, os aposentados são excluídos da vida social.

Camarano, Kanso, Mello (2004) dizem que em muitos casos, a idade influencia no aumento da vulnerabilidade física/mental da população, uma parcela da população idosa tem dificuldades em ouvir, enxergar, subir escadas e lidar com as atividades básicas do cotidiano. Com o aumento da expectativa de vida, essas dificuldades parecem estar sendo adiadas para as idades mais avançadas como está acontecendo com a mortalidade. Esses idosos passam a exigir mais cuidados, e os que não viviam com suas famílias, passam a viver com elas. Segundo a

Constituição Federal do Brasil de 1988⁸ Lei 10.741 e o Estatuto do idoso⁹, é de obrigação da família cuidar e zelar pelo idoso.

Muitos sofrem de depressão e sentem falta do trabalho, e nada lhes é oferecido como substituição às suas antigas atividades. Sofrem também pois necessitam ser aceitos dentro de sua própria família, o que segundo Guimarães (2007) não é fácil. Passa assim, a existir o não poder fazer e aturarem muitas coisas, o não poder mais estar ativo, e se sentir gratificantes e estimulantes. profissionalmente dentro da sociedade. Não fomos educados para essa nova sociedade, com muitas dificuldades e limitações, não sabemos criar uma saída para seus problemas, uma condição original e planejada que dê sentido para a vida (GUIMARAES, 2007).

Esse pensamento da sociedade de que o idoso pode ser um “peso” vem de um passado onde não se pensava em aposentadoria, antes do período de industrialização e urbanização as famílias eram extensas, e os idosos partilhavam de seus bens materiais com os filhos. No entanto antes disso tiveram que sustentar e cuidar de seus pais, quando estes já não podiam mais trabalhar e produzir o próprio sustento. Foi apenas depois da industrialização que passou-se a pensar em algum amparo aos idosos, chegando a conclusão de que o governo deveria intervir, criando a previdência Social (Tavares, 2011).

Para Tavares (2011), a aposentadoria por idade rural é um instrumento muito importante, pois além de garantir aos que trabalham na agricultura familiar uma remuneração mínima, valoriza os idosos que deixam de ser considerados como dependentes e um “peso” para seus familiares.

3.5 O impacto da aposentadoria rural para Mulheres

Brumer (2002) fala da dificuldade de inclusão das mulheres trabalhadoras rurais no recebimento da aposentadoria, isso ocorreu principalmente porque para poder receber os benefícios elas deveriam ser reconhecidas como trabalhadoras

⁸ A Constituição Federal do Brasil de 1988 no Art. 229 indica que os pais tem o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

⁹ É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade e efetivação do direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, a cultura, ao esporte, a dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária.

rurais. Esse reconhecimento era difícil, pois grande parte do trabalho feito por elas era considerado invisível, ou seja, era considerado como 'ajuda' às tarefas executadas pelos homens, ou mesmo restrito às atividades domésticas. Após as mudanças na Constituição em 1988, mulheres deixaram de ser dependentes dos pais ou maridos, e passaram a ser vistas como autônomas, e portadoras de direitos individuais.

Em 2002 as mulheres representavam 60% do total de beneficiários concedidos no meio rural no Brasil, porcentagem essa que se mantém desde o ano 1996. Entre 1995 a 1998 o número de benefícios concedidos às mulheres foi de aproximadamente 30% a mais que dos homens, elas recebiam 73% das pensões por morte no ano de 1996. Fatos esses que evidenciam ainda mais a importância da extensão da seguridade social às trabalhadoras rurais (ANDREUCCI, 2000).

Biolchi (2003) diz que no Rio Grande do Sul, o público feminino destaca-se em relação ao público masculino, representando 64% do total de beneficiários rurais. Essa diferença entre os dois gêneros pode ser explicada, em grande parte, pelo fato das mulheres terem sido incluídas nos planos de benefícios da Previdência Social Rural a partir da Constituição de 1988, passando a ter o direito ao recebimento de aposentadoria por idade aos 55 anos. Além disso, a sua maior participação no total de beneficiários também pode ser explicada pelo limite de idade ao acesso à aposentadoria por idade ser de cinco anos inferior ao dos homens.

As mudanças para a mulher camponesa veio maneira tardia, no entanto trouxeram sua maior valorização enquanto mulher e cidadã, pois elas passaram a ser destinatária de direitos fundamentais de proteção social. Deixaram de ser apenas dependentes e passaram a ser titulares desse direito, e se tornaram figura pró-ativa na ordem social (ANDREUCCI, 2000).

Para muitas mulheres o recebimento de algum benefício da previdência foi uma forma de independência, de liberdade. O recebimento mensal desse salário tem um valor diferente para as mulheres. Dullius (2005), fala sobre o trabalho feminino não remunerado do campo, e com o recebimento do benefício tem a chance de ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, recebendo seus benefícios regular e diretamente, fazendo com que elas próprias decidam como gastá-lo, aumentando sua autoestima. Essas pessoas passam de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes ainda em idade ativa, para provedoras e administradoras de um dos poucos recursos existentes na unidade familiar.

Camarano (2002), diz que existe uma predominância feminina da população idosa, ou seja, as mulheres estão vivendo mais do que os homens. No entanto elas estão mais sujeitas a deficiências físicas e mentais do que seus parceiros. Outro índice importante refere-se ao elevado número de mulheres morando sozinhas, 14% em 1998, outras 12,1% moravam em outras famílias na condição, podem significar, em relação ao chefe do domicílio, mães, sogras, irmãs ou outro tipo de parentes. No ano de 1995, 74% do contingente feminino era formada por viúvas.

Segundo IPS (2001), a Previdência Social exerce papel importante na proteção social às mulheres, pois garante renda em idade avançada ou em caso de doença, acidente, morte e, principalmente, maternidade. As mulheres são a maioria da população idosa, pois apresentam uma expectativa de vida superior à dos homens, chegando na maioria das vezes viúvas na velhice. Dados demonstram que 55% da população com mais de 60 anos é do sexo feminino e 54,6% das mulheres entre 65 e 70 anos não têm companheiro. Elas são responsáveis por 41% dos domicílios brasileiros chefiados por aposentados e pensionistas. Em 1977, as mulheres representavam 26,8% do total de inscritos passando a representar 38,8% em 1999. Isso é um reflexo, sobretudo, do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Estudos mostram que a renda é menor nos domicílios chefiados por mulheres, na região Sul, 20,9% das famílias chefiadas por mulheres ganham até 1 salário mínimo R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais). Quando se trata da região Nordeste este indicador sobe para 32,9% no ano de 1998. As mulheres apresentam uma participação considerável no total de chefes de família e muitas vezes chegam à velhice sem companheiros, estes fatores justificam a importância da Previdência como fonte de renda (IPS, 2001)

Camarano (2003), diz que as mudanças ocorridas com relação à posição das mulheres nas famílias, se deram pela redução na proporção de mulheres vivendo na casa de filhos e/ou na casa de outros parentes, e o aumento da independência feminina. É crescente a proporção de idosos vivendo sozinhos, tanto homens como mulheres, no entanto as mulheres apresentam uma tendência maior a viverem sozinhas do que os homens. Pesquisas recentes têm mostrado que a universalização da Seguridade Social, as melhorias na saúde e outros avanços tecnológicos, tais como nos meios de comunicação, elevadores, automóveis, entre

outros, podem estar sugerindo que viver só, para os idosos, representam mais formas inovadoras e bem-sucedidas de envelhecimento.

Segundo Camarano (2003), a proporção de mulheres que vive só vem crescendo conforme a idade, atingindo aproximadamente 18%, em mulheres com idade superior a 75 anos. Como esperado, é mais alta entre as mulheres separadas, seguidas das viúvas. A mulher, mesmo idosa, continua desempenhando o seu papel de cuidadora e provedora. Observou-se uma melhoria nas suas condições de vida, medidas por indicadores de rendimento, nas famílias chefiadas por mulheres. Camarano (2003), considerou que apenas 40% das famílias de idosas podem ser chamadas de "ninhos vazios", no restante estão sendo caracterizadas como "ninhos que estão se enchendo de filhos e netos", onde a renda da mulher assume um papel muito importante no orçamento familiar.

Brumer (2002) salienta o valor simbólico que tem o recebimento do benefício, pessoas que nunca haviam recebido remuneração, passam a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, de forma direta e regular, seja esse benefício por aposentadoria, pensão ou licença-maternidade. E o mais importante é a autonomia de poder decidir como gastá-lo. Revela também que dados do Rio Grande do Sul indicam que o salário-maternidade, também é utilizado na reprodução da família, diferentemente das trabalhadoras assalariadas urbanas,

Segundo Camarano (2003), hoje as idosas estão assumindo a função de agente de mudança social. Para que isso aconteça, um papel muito importante tem sido desempenhado pela Previdência Social, pela Lei Orgânica da Assistência Social, que assegura renda para um contingente importante da população feminina idosa. Tanto para melhorar as condições de saúde, quanto pelo maior acesso da população aos serviços de saúde, esses benefícios têm sido fundamentais para redução do grau de pobreza entre as famílias que têm idosos.

Conforme já foi salientada a real importância do sistema previdenciário, somado a outras formas de poupança da população, torna-se capaz de resolver de forma satisfatória a pobreza entre os idosos no Brasil. Apesar da importância que o benefício da Previdência Social está representando na renda das famílias, uma das grandes preocupações do Estado é com a "crise da Previdência," originada pelo déficit do sistema de repartição simples¹⁰ (CAMARANO, 2003).

¹⁰ O regime de repartição simples é aquele em que as contribuições que se arrecadam em cada ano são as necessárias para pagamento a que se destinam, exigíveis no mesmo ano. Por essa razão,

Camarano (2003) reconhece a sobreposição de benefícios como um problema, pois no caso, por exemplo, duas mulheres que tenham participado pelo mesmo período de tempo do mercado de trabalho e apenas uma delas tenha se casado, se a que se casou ficar viúva e se aposentar, contará com dois benefícios.

Por outro lado, conforme destaca Andrade Silva (2000), essa diferença deve-se também ao fato de as mulheres receberem muito mais pensões por morte do cônjuge do que os homens, tendo em vista que a expectativa de vida feminina é maior do que a masculina, especialmente nos estratos dos mais idosos.

Muito se fala no fenômeno conhecido como “feminização da velhice”, no entanto, a baixa taxa de cobertura previdenciária das mulheres é preocupante, pois o número de mulheres vem aumentando, isso pode ser explicado através de algumas projeções. Em 2020, para cada 10 mulheres com mais de 70 anos, teremos 7 homens. Tal fato ocorre porque, por exemplo, uma pessoa que tenha hoje uma idade de 50 anos viverá, em média, até os 73,9 anos se for homem, e até os 77,7 anos se for mulher (IPS, 2001).

A principal consequência disto é que mais da metade das mulheres chegam aos 65 anos sem companheiros e devem ficar com a responsabilidade de cuidar de sua família. Por esse motivo, é fundamental que elas estejam amparadas pela previdência. Como consequência da sobremortalidade masculina, as razões de sexo vêm diminuindo paulatinamente no Brasil. Em 1980, para cada grupo de 100 mulheres, havia 98,7 homens, em 2000, já se observam 97 homens para cada 100 mulheres e, em 2050, espera-se que a razão de sexo da população fique por volta de 94%. Dessa forma, verificam-se elevações no excedente feminino na população total que, em 2000, era de 2,5 milhões de mulheres e, em 2050, poderá atingir quase 7 milhões (IBGE, 2012c).

As taxas de crescimento correspondentes às crianças de 0 a 14 anos já mostram que este segmento vem diminuindo em valor absoluto desde o período 1990 – 2000. Em contrapartida, as correspondentes ao contingente de 65 anos ou mais, embora oscilem, são as mais elevadas, podendo superar os 4% ao ano entre 2025 e 2030. Em 2008, enquanto as crianças de 0 a 14 anos correspondem a 26,47% da população total, o contingente com 65 anos ou mais representa 6,53%.

aplica-se somente a benefícios de pecúlios e auxílios que são pagos de uma só vez ou durante curtos períodos e de valores relativamente baixos, acusando, em termos estatísticos, flutuações insignificantes ao longo da existência do plano (CAMARANO, 2003).

Em 2050, a situação muda e o primeiro grupo representará 13,15%, ao passo que a população idosa ultrapassará os 22,71% da população total (IBGE, 2012c).

Ainda como reflexo do envelhecimento da população brasileira, a razão de dependência total, que mede o peso da população em idades potencialmente inativas sobre a população em idades potencialmente ativas, diminuirá até aproximadamente 2022, em decorrência das reduções na razão de dependência das crianças. A partir desse ano, a razão da dependência retoma uma trajetória de elevação em virtude do aumento da participação absoluta e relativa dos idosos na população total. Assim, a idade mediana da população duplica entre 1980 e 2035, ao passar de 20,20 anos para 39,90 anos, respectivamente, podendo alcançar os 46,20 anos, em 2050 (IBGE, 2012c).

3.6 Comportamento consumidor dos Aposentados Rurais

Kreter (2004) salienta que famílias que têm pelo menos um aposentado, apresentaram seu consumo voltado mais para alimentação e vestuário. Retrata também que nas propriedades que possuem idosos eles sofreram algum tipo de melhoria ao longo da década de 1990. Destaca-se que nos domicílio com rendimento de mais de um salário mínimo. Existe uma relação entre o recebimento de aposentadorias e a melhoria da qualidade de vida da população rural. Acredita-se que essa população vem melhorando suas condições de moradia e ampliando seus bens de consumo duráveis.

Segundo Garófalo (1995), os consumidores distribuem a totalidade de suas despesas de forma racional, procurando obter o máximo de satisfação dentro de suas limitações. Quando esse comportamento é feito de forma racional, o consumidor consegue fazer suas escolhas de forma conscientemente maximizando sua satisfação e sua utilidade.

O comportamento consumidor busca analisar como o consumidor faz suas escolhas de consumo perante uma renda limitada. Esse comportamento pode ser melhor compreendido segundo Pindyck, (2002), em três etapas básicas: preferências do consumidor, restrições orçamentárias, escolhas do consumidor.

A preferência do consumidor consiste em dizer o porquê as pessoas fazem a escolha de um bem em relação a outro. As restrições orçamentárias levam os consumidores a considerar os preços na hora do consumo. Por fim as escolhas do

consumidor levam em consideração as variáveis vistas anteriormente, as preferências e o orçamento (PINDYCK, 2002).

Karsaklian (2004) apresenta a teoria de Abraham Maslow, que fala da necessidade do ser humano serem organizadas por prioridades e hierarquias. Essas hierarquias passam de um nível mais baixo para um mais elevado conforme o anterior seja satisfeito, conforme Figura 1: necessidade se auto realização, necessidade de estima, necessidade de pertinência e afeto, necessidade de proteção e necessidades biológicas.

Figura 01 - Hierarquia das Necessidades ou Pirâmide de Maslow



Fonte: Elaboração própria a partir de Karsaklian (2004).

Seguindo a mesma fonte anterior, essa teoria é fundamentada sobre três hipóteses básicas. Um indivíduo sente várias necessidades, no entanto elas não possuem a mesma importância, por isso podem ser hierarquizadas. Outra hipótese é a busca do indivíduo para satisfazer primeiramente as necessidades mais importantes, ou seja, busca satisfazer primeiramente as necessidades mais básicas, e conforme estas forem satisfeitas busca-se satisfazer uma nova necessidade.

As necessidades são organizadas de forma a satisfazer primeiramente as necessidades básicas, como pode ser visto no Quadro 3:

Quadro 03 - Definições da Hierarquia das Necessidades de Maslow

Tipos de Necessidades	Especificação	Exemplo
Necessidades fisiológicas	São aquelas que relacionam-se as necessidades básicas de sobrevivência	Fome, sede, sono
Necessidades de segurança	São aquelas que estão vinculadas com as necessidades de sentir-se seguros, ou segurança física, Pode relacionar também a segurança psíquica que faz temer o desconhecido.	Moradia, agasalho
Necessidades de afeto	São necessidades de manter relações humanas com harmonia	Sentir amor, afeto, carinho
As necessidades de status e estima	No momento que o indivíduo se sente alimentado, seguro e amado, agora deseja ser querido.	Sente necessidade de reputação, de liderança, que lhe darão estima perante os outros.
As necessidades de realização	Sente a necessidade de desenvolver suas potencialidades, é o auto-conhecimento, auto desenvolvimento.	Desenvolver suas potencialidades

Fonte: Elaboração própria a partir de Karsaklian (2004).

Nesse sentido as propagandas podem exercer papel importante na vida dos indivíduos consumidores, as necessidades existem, os consumidores desejam estar inclusos em grupos da sociedade. Como por exemplo, o aparelho celular, primeiramente se pedia se o indivíduo possuía um aparelho, hoje se pergunta logo “qual o número de seu celular”, no entanto nenhum indivíduo deseja estar fora das novas tecnologias. Mas nem sempre os consumidores têm condições de estarem inclusos em todos os grupos, seja por falta de recursos, ou por terem outras prioridades (KARSAKLIAN, 2004).

Silva (2004) explica que quando o dinheiro é inserido na economia faz funcionar a teoria do efeito multiplicador de Keynes, demonstrando que quando há um acréscimo da renda, ele pode influenciar o nível de emprego. No entanto o efeito multiplicador reage de outra forma, em uma economia onde a propensão a consumir é maior, ou seja, em uma economia menos desenvolvida, um determinado nível de incremento nos investimentos provocaria determinados efeitos na renda.

Camarano e Pascom (2000) salientam que em 1998 aproximadamente 43% da renda familiar do Nordeste e 41% da renda familiar do Sudeste eram

provenientes de aposentadoria, verificando o efeito multiplicador do benefício social dentro das famílias.

Varian (2003), explica a restrição orçamentária como, por exemplo, um consumidor tem um leque de opções de consumo, para cada produto e serviços. No entanto o consumidor deve fazer a escolha certa para não gastar além do que deveria, levando em consideração os preços e a renda. O conjunto orçamentário consiste em todas as cestas de bens que o consumidor pode adquirir considerando a renda que tenha.

Segundo Deacon E Firebaugh (1988), um dos principais objetivos da administração dos recursos familiares é satisfazer as necessidades e criar um meio ambiente propício para o desenvolvimento humano. No entanto as famílias sempre seguem alguns padrões dentro do contexto de exigências e viabilidade de seus recursos. Esses valores mudam com o tempo, e levam em consideração o uso dos recursos e as metas estabelecidas. Dentre essas mudanças deve-se avaliar quatro perspectivas, aumento da complexidade do sustento, estabilidade familiar, mudanças no modelo familiar, e novas tecnologias.

A complexidade do sustento diz respeito a algumas mudanças inevitáveis com o passar dos anos, como as advindas do envelhecimento e ciclo de vida, onde as pessoas já não podem mais desenvolver as mesmas atividades que desenvolviam anteriormente. A estabilidade familiar, diz respeito às mudanças na composição da mesma, estilo de sustento, modelos de família, ou seja, o papel desempenhado por cada um dentro do grupo. Mudanças no modelo familiar, que embora ocorram de maneira mais lenta são mudanças no padrão da família. E as novas tecnologias, que vem modificando o estilo de vida familiar e individual (DEACON e FIREBAUGH, 1988).

A complexidade e a importância da administração dos recursos familiares pode ser afetada por mudanças internas e externas, e com a qualidade de vida das mesmas. Tendo em vista que os recursos na maioria das vezes são escassos e cabe a família decidir como irá administrá-los de forma a maximizar seu uso e proporcionar maior satisfação (TAVARES, 2011).

Segundo Tavares (2011), vários estudos vem sendo feito a respeito da qualidade de vida dos idosos, isso se reflete principalmente na longevidade e qualidade de vida dos mesmos. Qualidade de vida se refere a satisfação das exigências básicas sociais, culturais, ideológicos, atividades intelectuais, estado

emocional, religiosidade, estilo de vida, entre outros. A qualidade de vida das pessoas também pode ser medida conforme normas estabelecidas pela ONU em vários países do mundo por meio do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço, devem-se levar em consideração outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (ONU, 2012).

No IDH são levados em consideração três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. No que se refere a parte educacional, é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a dos níveis escolares (fundamental, médio e superior). Já o resultado da renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capita. Por último, a longevidade que tenta refletir os aportes da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer (ONU, 2012).

O Brasil encontrava-se no ano 2000, no 84º lugar no mundo no quesito IDH, que leva em consideração a renda, educação e longevidade. O Estado do Rio Grande do Sul está em quinto lugar no IDH do Brasil, perdendo apenas para Brasília, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro. O município de Horizontina este ocupa o 179º lugar no Brasil, e em 62º no Rio Grande do Sul, o índice para o Município de Horizontina em 1991, foi de 0,768, e no ano de 2000 foi de 0,825, ou seja, melhorou a qualidade de vida das pessoas. Pois segundo a metodologia de cálculo do IDH, os índices variam entre 0 (pior) e 1 (melhor). Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (PNUD, 2012).

A Aposentadoria Rural vem proporcionando aos aposentados rurais um novo conjunto orçamentário, novas necessidades de consumo e possibilidades de compra. No entanto, isso só é possível na agricultura familiar, após algum membro da família receber o Benefício da Previdência Social, e para isto aconteça é necessário que se cumpram as exigências da lei.

No próximo capítulo será abordado a respeito do perfil sociodemográfico da população brasileira e do Rio Grande do Sul. Verificando a evolução da população no Brasil, e a quantidade de benefícios concedidos pela Previdência Social.

3.7 Perfil Sociodemográfico da população idosa

Beltrão, Camarano e Mello (2004) observam que a aposentadoria serve como forma de seguridade de renda e redução da pobreza para os aposentados e suas famílias. Fazendo com que mude a composição dos arranjos familiares, pois as pessoas estão vivendo mais, está aumentando o número de idosos no país, e conseqüentemente o número de benefícios de aposentadoria concedidos pela Previdência Social.

Segundo dados (IBGE, 2008), a expectativa de vida do brasileiro aumentou 6 anos e 8 meses em vinte anos de 1990 a 2010, mostrou também que as mulheres estão vivendo mais que os homens. Estes dados contribuem para indicar que a população brasileira está crescendo e vivendo mais no decorrer dos anos. Conforme pode se verificar na Tabela 01, através do número de pessoas residentes na área rural e urbana, e pela quantidade de homens e mulheres residentes no Brasil no período de 1990 a 2010.

Tabela 01 - Total de Habitantes no Brasil no período de 1996 a 2010

Brasil			
Total	1996	2000	2010
Totais Habitantes	157.070.163	169.799.170	190.755.799
Urbana	123.076.831	137.953.959	160.925.792
Rural	33.993.332	31.845.211	29.830.007
Sexo			
Homens	77.442.865	83.576.015	93.406.990
Mulheres	79.627.298	86.223.155	97.348.809

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, 2012.

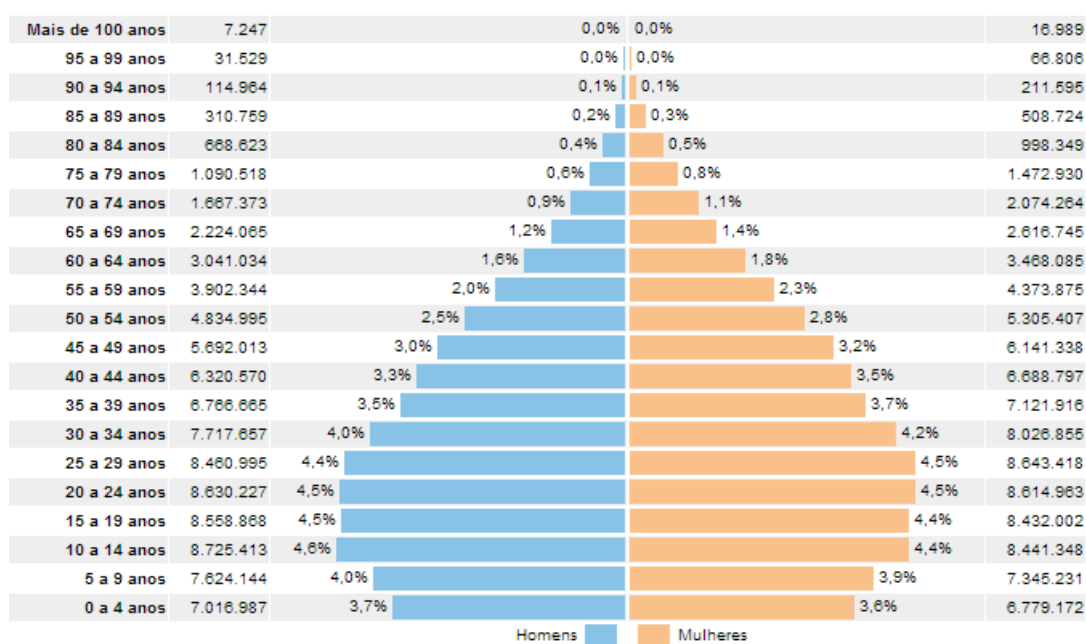
A tabela 01 apresenta o total de habitantes no Brasil na área rural e urbana de 1996 a 2010, apresenta também uma divisão entre as classes masculina e feminina. No ano de 1996 o total da população brasileira era de 157.070.163 pessoas, quatro anos depois essa população aumentou 12.729.007. Quando efetuada a comparação entre a população de 1996 e 2010 constata-se uma elevação de 33.685.636 no número de habitantes no Brasil. Para esses mesmos períodos a população urbana teve um crescente aumento. No entanto a população rural teve um declínio no número da população, de 1996 para 2000 a população rural diminuiu 2.148.121

habitantes, de 2000 para 2010 diminuiu 2.015.204 habitantes, ou seja, em 14 anos a população rural brasileira diminuiu 4.163.325 habitantes.

O número de mulheres em relação aos homens considerando a população total, no ano de 2010 foi de 3.941.819 mulheres a mais, ou seja, 96 homens para cada 100 mulheres. Os números representam um aumento da representação feminina em comparação com a década anterior. No ano 2000 a relação era de 97 homens para cada 100 mulheres. A população feminina no ano de 2010 representa 51,03% da população total do Brasil e dentre estas 43,62% residem na zona urbana, e apenas 7,41% na zona rural.

Segundo IBGE (2012), o Brasil está dentro dos padrões globais e a população idosa tende a um aumento de 50% em vinte anos. Nery (2012) enfatiza que existe uma nova classificação para os idosos hoje no Brasil; são considerados idosos jovens aqueles que têm entre 60 e 70 anos de idade, medianamente idosos entre 70 e 80, e muito idosos acima de 80. Dos 14,5 milhões de idosos identificados no Censo Demográfico de 2000, 55% eram mulheres, esse fato leva a crer que, haverá uma "feminização" da velhice. Como pode ser verificado na figura 02 que demonstra a idade da população feminina e masculina para cada faixa etária.

Figura 02 – Pirâmide etária da População Brasileira



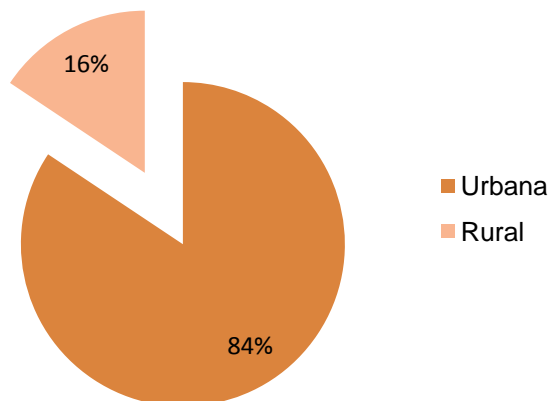
Fonte: Censo 2010.

Através da pirâmide etária brasileira apresentada pelo Censo (2010), pode-se verificar que o Brasil possui 17.893.451 homens com 50 anos ou mais e 21.113.769 mulheres na mesma faixa etária, ou seja, em 2010 havia no País aproximadamente 3.220.318 mulheres com 50 anos ou mais, a mais que homens. A maior parcela de população se encontra na faixa etária dos 10 aos 29 anos. O envelhecimento é reflexo do mais baixo crescimento populacional, aliado a menores taxas de natalidade e fecundidade, apresentados pelo Censo 2010.

Segundo Nery (2012), de acordo com projeções dos resultados do Censo 2000, o Brasil será o sexto país com maior número de idosos do mundo em 2025. Hoje existe no Mundo 600 milhões de pessoas com mais de 60 anos, e representa cerca de 10% dos habitantes da Terra. O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial, e isso pode ser fruto de uma das maiores conquistas sociais do século XX, que foi o maior acesso às tecnologias e aos serviços de saúde. Isso fez com que a esperança de vida dos brasileiros aumentasse cerca de dez anos, entre 1980 e 2000.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs), entre 1992 e 1997, cresceu 21% o número de domicílios rurais que declaravam algum rendimento oriundo de previdência oficial. Em 1996 os domicílios rurais beneficiados representavam 30% do total de domicílios rurais, sendo que 45% possuem rendimento inferior a 2 salários mínimos. Na figura 03, pode-se observar a porcentagem da população brasileira residente na área rural e na área urbana no ano de 2010.

Figura 03 - Porcentagem da População Brasileira residente na área Urbana e Rural no ano de 2010



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sidra 2012

Em relação aos anos anteriores, existe hoje no Brasil uma grande diminuição no número de pessoas residentes na área rural, isso se dá basicamente pelo que foi tratado nos dois parágrafos anteriores. As pequenas propriedades já não possuem o mesmo incentivo, e nem a mesma rentabilidade de antes, para que os agricultores familiares possam sobreviver no campo, é de fundamental importância, que nessa propriedade tenha algum tipo de renda ou incentivo que os estimule a ficar na propriedade. O aposentando pode ser uma fonte de renda e incentivo, pois a família passa a ter uma renda fixa que os permite investir na propriedade e seguir em frente.

Como consequência do aumento e envelhecimento da população, a Previdência também aumentou a quantidade de benefícios concedidos, como pode se observar na tabela 02. Esta tabela apresenta a quantidade de benefícios totais, urbanos e rurais concedidos no Brasil no período de 1990 a 2010.

Tabela 02 - Quantidade de benefícios previdenciários concedidos no Brasil entre 1990 e 2010.

Brasil	1990	2000	2005	2010
Total	1.390.693	2.949.149	3.955.724	4.640.120
Urbano	975.846	1.931.342	2.986.778	3.565.641
Rural	414.847	1.017.807	968.946	1.074.479

Fonte: Elaboração própria a partir de APS 2008 e AEPS 2010 Previdência Social.

Em 1990 foram concedidos no Brasil um total de 1.390.693 (um milhão trezentos e noventa mil seiscentos e noventa e três) aposentadorias. Em vinte anos esse número aumentou para 4.640.120 (quatro milhões seiscentos e quarenta mil cento e vinte) aposentadorias uma média de 162.471,35 (cento e sessenta e dois mil quatrocentos e setenta e um com trinta e cinco) benefícios a mais por ano.

Diferente do constante aumento que ocorre na quantidade de benefícios concedidos para área urbana, a área rural teve algumas oscilações no decorrer do período. O setor teve um aumento de 602.960 (seiscentos e dois mil, novecentos e sessenta) benefícios do ano de 1990 para o ano 2000, onde ocorreram as principais mudanças na legislação que permitiu o recebimento do benefício aos trabalhadores rurais. Do ano 2000 para 2005 houve uma diminuição na quantidade de benefícios concedidos, e em 2010 foi registrada nova alta.

No ano de 2010, a Previdência Social concedeu um total de 4,6 milhões de benefícios, dos quais 84,3% eram previdenciários, 7,6% acidentários e 8,1% assistenciais. Comparando com o ano de 2009, a quantidade de benefícios concedidos cresceu 3,7%, com aumento de 5,2% nos benefícios urbanos e queda de 0,9% nos benefícios rurais. Os benefícios concedidos à clientela urbana atingiram 76,8% e os concedidos à clientela rural somaram 23,2% do total (AEPS, 2010).

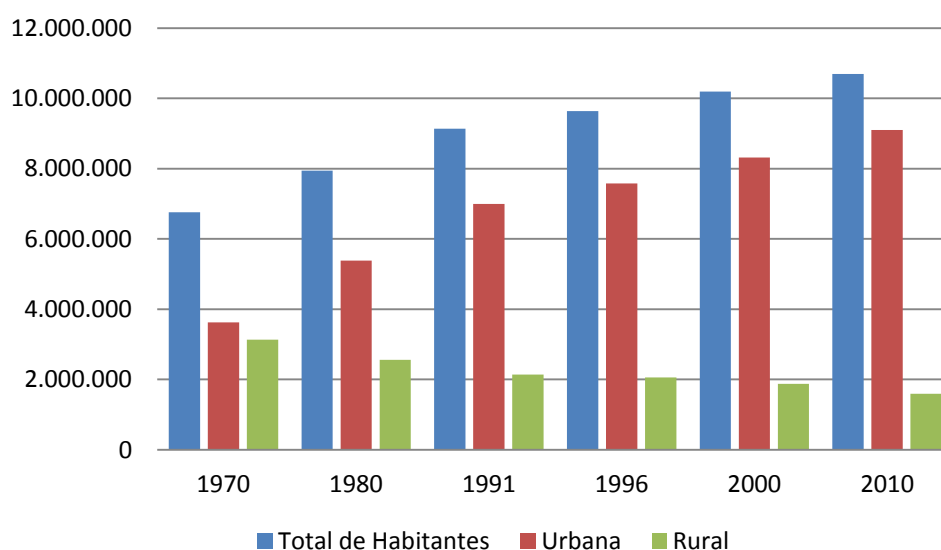
O valor total dos benefícios concedidos em 2010 atingiu R\$ 3,58 bilhões, valor que representou um acréscimo de 12,5% em relação ao ano de 2009, com os benefícios urbanos crescendo 13,1% e os benefícios rurais 9,3%. Considerando o valor dos benefícios, as espécies mais concedidas em 2010 foram todas previdenciárias: o auxílio-doença, a aposentadoria por tempo de contribuição e a aposentadoria por idade, cujas participações foram de 43,9%, 9,9% e 9,4%, respectivamente. A participação dos benefícios urbanos aumentou de 84,3% em 2009 para 84,7% em 2010 e a dos benefícios rurais passou de 15,7% para 15,3%, no período (AEPS, 2010).

Do total de benefícios concedidos em 2010, as maiores concentrações de valores foram para os benefícios previdenciários, acidentários e assistenciais. Os benefícios previdenciários podem ser divididos em aposentadoria por idade, por invalidez, por tempo de contribuição (TC), pensões, salário-maternidade, auxílios entre outros (MPAS, 2011).

Os benefícios acidentários podem ser descritos como aqueles decorrentes de acidente ocorrido no exercício do trabalho a serviço da empresa ou de atividades para autônomos. Equiparando-se a este a doença profissional ou do trabalho ou, ainda, quando sofrido no percurso entre a residência e o local de trabalho, para o trabalhador contribuinte. Benefícios assistenciais não dependem de contribuição e têm valor igual a um salário mínimo, podem ser citados: a renda mensal vitalícia, amparos assistenciais e pensão mensal vitalícia. O Ministério da Previdência divide também os benefícios por clientela, sendo elas, rural e urbana (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012h).

A partir de agora serão avaliados alguns fatores a respeito do Estado do Rio Grande do Sul, onde também pode ser observado o aumento populacional ao longo do tempo. Esses dados podem ser observados na figura 04, que demonstra a evolução da população do Rio Grande do Sul de 1970 a 2010.

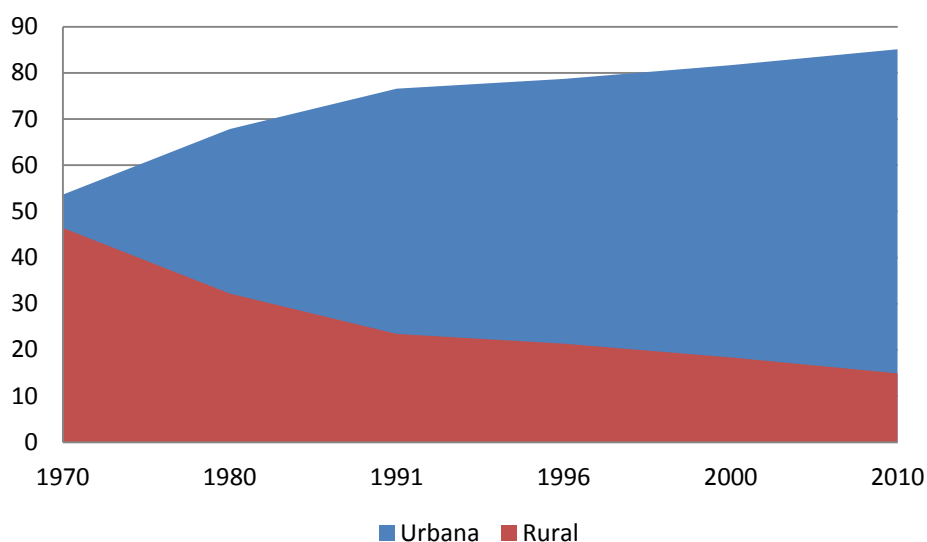
Figura 04 - Evolução da população do Rio Grande do Sul no ano de 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sidra 2012.

Em 1970 a população do Rio Grande do Sul era de 6.755.458, em 1996 essa população teve um aumento de 2.879.230 habitantes, no ano de 2010 o Rio Grande do Sul registrou 10.693.929 habitantes. Se compararmos o ano de 1970 com o ano de 2010, podemos verificar que houve um aumento de 10.018.471 habitantes, fechando uma média de aproximadamente 250.461 habitantes por ano. Apesar do nível geral da população estar aumentando, a população rural não está seguindo o mesmo ritmo, o que pode ser visto na figura 05, que demonstra o êxodo rural no RS de 1970 a 2010.

Figura 05 - Êxodo Rural no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE, Sidra 2012

Como pode-se verificar na figura 05, o eixo y representa os valores percentuais da quantidade de pessoas na zona rural e urbana, e o eixo x representa os anos analisados. Dentre os habitantes residentes no RS no ano de 2010, 85,10% deles vivem na área Urbana, conseqüentemente apenas 14,9% residem na área rural. Cenário muito diferente do que era visto em 1970, onde 53,6% da população vivia na zona urbana e 46,4% na área rural.

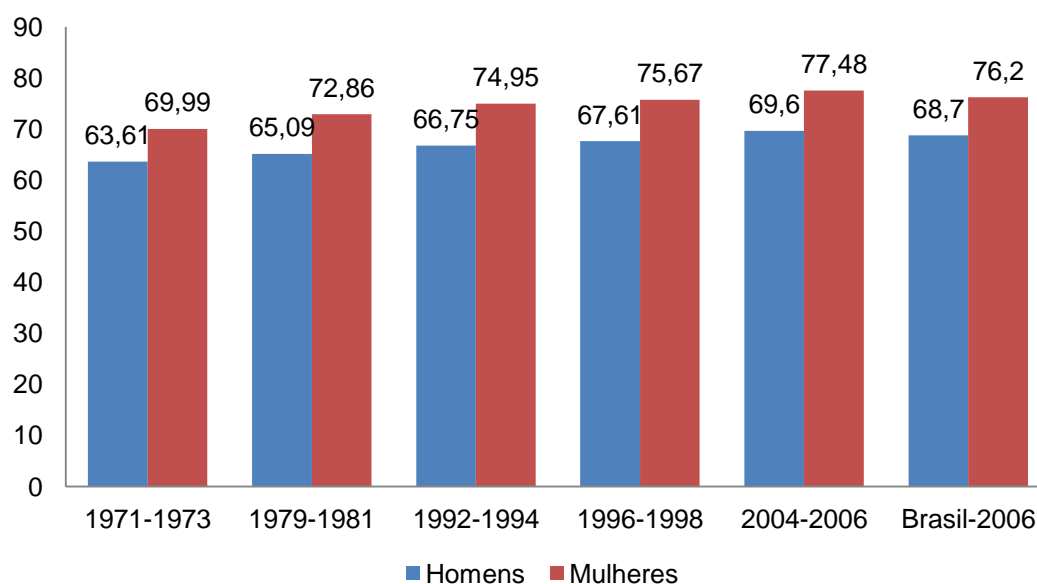
Stoffel (2010) apresenta vários motivos para o êxodo rural. Pode se dizer que com as crises da agricultura colonial, e mais as políticas públicas de estímulo à produção de trigo e soja, incentivou-se a busca por mecanização e também pela monocultura, reduzindo drasticamente, atividades de pequenas propriedades. No entanto no final do século XX extinguíram-se também as políticas públicas de

incentivo à agricultura, e os produtores que não capital próprio, acabaram em crise, o que facilitou aos produtores de maior capital a compra de propriedades menores.

O século XX pode ser caracterizado como um período em que as atividades rurais tiveram grandes transformações, pois no início do século as atividades rurais eram marcadas como as principais atividades no Estado. E ao final do século já não serem de fundamental importância, levando muitos agricultores/colonos e seus filhos a procurarem ocupações nas atividades urbanas (STOFFEL, 2010).

Conforme Atlas (2012), as transformações no comportamento demográfico e nos indicadores sociais, que tem relação direta com a queda da fecundidade e da mortalidade e o aumento da esperança de vida ao nascer, também se refletem de forma intensa na demanda por uma nova estrutura de saúde. A figura 06 que demonstra a evolução na expectativa média de vida no Rio Grande do Sul, para homens e mulheres, no período de 1971 a 2006.

Figura 06 - Evolução da expectativa média de vida, por sexo, no Rio Grande do Sul 1971 á 2006.



Fonte: SES/DAS; IBGE - Síntese de Indicadores Sociais 2010

A média da expectativa de vida da população vem mudando a cada ano de 1971-1973 a média era de aproximadamente 63 anos para homens e 69 anos para mulheres, onde as elas viviam em média 6 anos mais que eles. No período de 1992 a 1994 as mulheres viviam 8,02 anos a mais que eles, no ano de 2006 tanto as

mulheres quanto os homens tiveram a expectativa de vida menor em relação a o período anterior.

Em 2010 a população do RS foi de 10.693.929, dos quais 48,67% são homens, e 51,33% são mulheres. Do total de homens 40,87% reside na zona urbana, e do total de mulheres 44,23% residem na zona urbana e 7,1% na zona rural.

No Rio Grande do Sul tornou-se mais evidente nas últimas décadas, o rápido aumento das populações adulta e idosa. E isso se dá por uma série de fatores, como o baixo índice de fecundidade, o aumento na expectativa e esperança de vida ao nascer, e conseqüentemente uma elevação também no número de benefícios recebidos. A tabela 03 demonstra a evolução da quantidade de benefícios emitidos pela previdência social no Rio Grande do Sul entre o período de 2000 a 2010 (ATLAS, 2012).

Tabela 03 - Quantidade de Benefícios Emitidos, no Rio Grande do Sul entre 2000 a 2010.

	2000	2005	2010
RIO GRANDE DO SUL	1.606.005	1.916.792	2.230.387

Fonte: elaboração própria a partir de AESP 2010.

A tabela demonstra que no ano 2000, a Previdência Social emitia 1.606.005 (um milhão seiscentos e seis mil e cinco) benefícios no Rio Grande do Sul. A quantidade de benefícios emitidos em 2005 é de 310.787 (trezentos e dez mil, setecentos e oitenta e sete) a mais do que era concedido em 2000. Se a comparação for feita entre o ano 2000 e 2010, pode-se verificar um aumento de 624.382 (seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e oitenta e dois) benefícios, uma média de 62.438,00 (sessenta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito) benefícios a mais por ano, 5.203,00 (cinco mil duzentos e três) benefícios por mês (ATLAS, 2012).

Esse grande aumento no número de benefícios emitidos todos os anos no Rio Grande do Sul e também no Brasil se dá principalmente pela universalidade da cobertura da previdência social, permitiu trazer para o sistema milhões de trabalhadores rurais. Houve também um salto qualitativo na previdência rural, pois inicialmente as aposentadorias eram restritas a homens, e no valor de meio salário mínimo. As mulheres tinham direito apenas se fossem consideradas chefes de família, ou então às pensões, com valor limitado (PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2012d).

Os recursos previdenciários de uma certa forma estariam viabilizando as atividades produtivas da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. Se apresenta em algumas regiões do Rio Grande do Sul algumas consequências das políticas agrícolas adotadas no Brasil em períodos anteriores. Principalmente a política de “modernização” tecnológica da agricultura, que foi aprofundada a partir da década de 1970, como resultado dessa fase e da carência de políticas públicas específicas para a agricultura familiar no período recente, contribuíram para o empobrecimento dos agricultores e a ampliação das desigualdades sociais no meio rural desses municípios (BIOLCHI , SCHNEIDER, 2003).

Para Kreter (2004), as aposentadorias trouxeram várias melhorias para o meio rural, principalmente através do aumento da renda, por esse motivo o autor acredita que existe uma relação direta entre a concessão de aposentadoria e a melhoria na qualidade de vida da população rural.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso de quatro famílias de aposentados por idade pertencentes a agricultura familiar residentes no interior do município de Horizontina. A coleta de dados foi realizada entre os meses de agosto e setembro de 2012, com o intuito de identificar e analisar as principais mudanças ocorridas na vida de aposentados rurais por idade no município de Horizontina.

É importante ressaltar que a análise dos dados não seguiu a ordem do questionário do apêndice A. A autora optou por discorrer o texto de acordo com os dados coletados do quadro 04 e da tabela 08, onde foram compilados dados obtidos a partir da pesquisa.

O município de Horizontina foi escolhido pela autora como local para efetuar as pesquisas, por se tratar do município de origem da mesma, e onde se tem interesse em conhecer e estudar as mudanças e transformações ocorridas. O Município de Horizontina foi criado em 18/12/1954 e segundo dados do IBGE (2011), possui uma população de 18.409 habitantes, em uma extensão territorial de aproximadamente 228,8 km². Ele se situa na Região Noroeste do Rio Grande do Sul, pertencente a Região do Grande Santa Rosa.

A população horizontinense vem tendo um lento aumento de sua população no decorrer de dez anos, conforme pode-se observar na tabela 04, que demonstra a evolução populacional.

Tabela 04 - Evolução populacional do município de Horizontina no período de 2000 e 2010

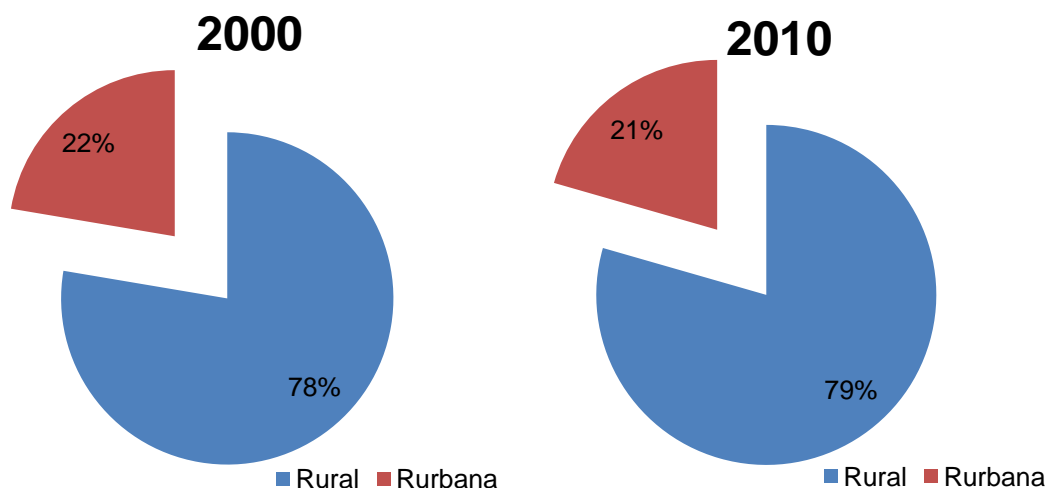
Horizontina	Total	Rural	Urbana
2000	17.699	3.978	13.721
2010	18.348	3.770	14.569

Fonte: Elaboração própria a partir de FEE (2010)

Segundo dados da FEE (2012), o município de Horizontina possuía no ano 2000, uma população de 17.699 (dezessete mil, seiscentos e noventa e nove), 649 (seiscentos e quarenta e nove) pessoas a menos que no ano de 2010. A população urbana aumentou cerca de 848 (oitocentas e quarenta e oito pessoas) ao longo de dez anos, uma média de 84,8 pessoas a mais por ano. No entanto a população rural, do município de Horizontina obteve uma diminuição de sua população, em aproximadamente 208 pessoas em dez anos, ou seja, cerca de 20 pessoas saíram

do interior a cada ano desde 2000. A figura 07, demonstra melhor a distribuição da população horizontinense no período de 2000 a 2010.

Figura 07 - Percentual da população residente na área rural e urbana no Município de Horizontina entre os anos de 2000 a 2010.

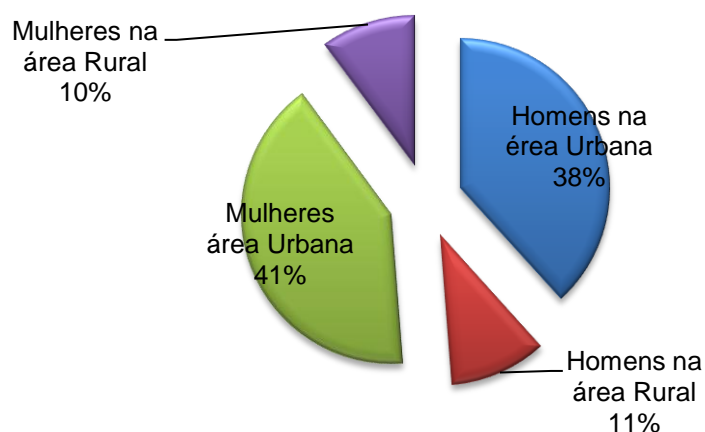


Fonte elaboração própria a partir de FEE 2010.

Como pode ser verificado na figura 07, 78% da população horizontinense reside na área urbana, e apenas 22% residem na área rural, no ano de 2000. Já no ano 2010, esse percentual foi diferente, a população rural diminuiu aproximadamente 1%, e a população urbana aumentou 1%. O fato de ter maior população na área urbana do que na rural no Brasil se deu principalmente após a década de 1970, como consequência do alto índice do êxodo rural. Conforme visto anteriormente, Stoffel (2010) apresenta alguns motivos para a existência do êxodo rural, entre eles as crises da agricultura colonial, a busca por mecanização e também pela monocultura, redução das atividades em pequenas propriedades. Motivos estes que podem explicar a elevada diferença populacional entre o campo e a cidade.

No figura 08 é feita uma análise a respeito da proporção da população feminina e masculina encontrada na zona rural e na zona urbana, no município de Horizontina no ano de 2010.

Figura 08 - População urbana e rural no Município de Horizontina, proporção de homens e mulheres em cada setor, no ano de 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE-SIDRA (2012)

Na figura 08 pode se verificar que na área urbana encontra-se 79% da população do município, onde 38,25% são homens, e 41,15% são mulheres, o que representa em números 531 mulheres a mais que homens, residentes na área urbana. Diferente da zona urbana a zona rural, apresenta em sua população maior número de homens, são aproximadamente 75 homens a mais que mulheres, na zona rural (IBGE: SIDRA, 2012).

Em relação ao número de pessoas residentes na área rural e urbana, no Brasil há uma diminuição de pessoas residentes na zona rural, isso se dá basicamente por que as propriedades já não possuem o mesmo incentivo e a mesma rentabilidade de antes. É importante que haja o recebimento de algum tipo de benefício que gere renda fixa a trabalhadores pertencentes a agricultura família, o fator renda reflete diretamente na qualidade e expectativa de vida, quanto melhor e mais tranquila for a vida desses indivíduos maior será a expectativa de vida deles.

A expectativa de vida ao nascer no Município de Horizontina é de 72,47 anos, e de acordo com Freitas (2012), a expectativa ou esperança de vida corresponde à quantidade de anos em média que uma determinada população vive. E pode ser um

importante indicador social, para avaliar a qualidade de vida de uma população de um determinado lugar.

Levando em consideração a média da expectativa de vida de um cidadão brasileiro que é de 72,7 anos, onde a população do Sul do país apresenta os mais altos índices de vida. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina são os Estados que se destacam em expectativa de vida no País, respectivamente 75 e 75,3 anos. No município de Horizontina a expectativa de vida é de 72,47 anos, a população horizontinense vive em média 2,53 anos a menos que a média estadual, segundo dados do FEE (2010). A tabela 05 demonstra a evolução da expectativa de vida dos horizontinenses com mais de 55 anos, no ano de 2000 a 2010.

Tabela 05 - Evolução da Expectativa de vida no Município de Horizontina nos anos de 2000 e 2010.

Horizontina	55 a 54 anos	60 a 64	75 a 79	mais de 80
2000	954	606	483	209
2010	1208	890	327	341

Fonte: Elaboração própria a partir de FEE (2010).

No ano 2000 a população de 55 a 54 anos era de 954 pessoas, e teve um aumento de 234 pessoas em 10 anos. Para as idades de 75 a 79 anos, o número de pessoas aumentou em 284 pessoas, de 2000 a 2010. Apenas na idade de 75 a 79 que houve diminuição, e para a população com mais de 80 anos o número voltou a crescer, ou seja, está aumentando a expectativa de vida.

O aumento da expectativa de vida está ligado, dentre outros fatores a qualidade de vida das pessoas. A Previdência Social vem proporcionando isso a muitas famílias, o que será analisado nos parágrafos abaixo através de um estudo de caso feito com quatro famílias do interior do município de Horizontina.

Conforme já citado, Kreter (2004) enfatiza que as aposentadorias trouxeram várias melhorias para o meio rural, e isso se deu principalmente pelo aumento da renda, que trouxe melhoria na propriedade, na produção e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida dessa população.

As famílias escolhidas para essa análise pertencem a agricultura familiar, com renda inferior a três salários mínimos R\$ 1.866,00 (mil oitocentos e sessenta e seis reais)¹¹. Famílias que possuem uma pequena propriedade rural, com mão de obra apenas familiar, com agricultura de subsistência, que não apresentavam nenhum

¹¹ Com base no valor do salário mínimo atual de R\$ 622,00.

tipo de renda fixa antes do recebimento da aposentadoria rural por idade. De forma a conseguir identificar de maneira mais clara as reais mudanças vivenciadas por essas famílias após o recebimento do benefício da aposentadoria rural por idade.

As famílias foram visitadas e entrevistadas, tendo sido utilizado o questionário do apêndice A, onde responderam questões abertas e fechadas a respeito do recebimento do benefício da aposentadoria rural por idade. No entanto para preservar as famílias pesquisadas, não será utilizado o nome de ninguém, serão mencionadas apenas letras para simbolizar cada família, diferenciando de uma forma a preservar a privacidade de cada família em relação as suas respostas. Desta formas as famílias serão identificadas como:

- Família A;
- Família B;
- Família C;
- Família D;

Foi aplicado o mesmo questionário a todas as famílias entrevistadas, que segue no Apêndice A. O questionário possui questões abertas, onde o entrevistado responde o que quiser, e questões fechadas, onde tem que optar entre as alternativas, a que se encaixa com o perfil de sua família. Na sequência será explanado a respeito de algumas peculiaridades e características de cada família.

A família “A” é constituída por um casal, com idades de 56 o homem, e 63 anos a mulher. Ambos usufruem de aposentadoria por idade, com renda de 2 salários mínimos (R\$ 620,00 cada).

A família “B” é constituída por duas pessoas, onde ambos recebem a aposentadoria rural por idade. Contam com a idade de 65 a mulher e 62 anos o homem.

Família “C” é composta por apenas uma pessoa, uma mulher de 57 anos. Ela recebe aposentadoria rural por idade, é casada e reside em casa diferente do marido, pois o mesmo continua morando no interior, e ela veio morar no Distrito de Vila Cascata¹² para ajudar a cuidar dos netos, e também de sua saúde. Pois já não podia mais trabalhar na roça, por motivos de saúde.

¹² Vila Cascata é um distrito do Município de Horizontina, que se situa a 18 quilômetros da cidade, é um vilarejo com aproximadamente 500 habitantes.

Família “D” é composta por um casal, a mulher tem 67 anos e o homem tem 70 anos e ambos recebem o benefício da aposentadoria rural por idade.

Segue abaixo a tabela 06 com demonstrativo da idade dos pesquisados, divididos por sexo.

Tabela 06 – Idade dos aposentados pesquisados no Município de Horizontina

	Família A	Família B	Família C	Família D	Média de idades
Homens	65	62		70	65,67
Mulheres	63	65	57	67	63

Fonte: Elaboração própria a partir de questionário Apêndice A.

A tabela 06 acima demonstrou a idade dos pesquisados, onde verificou-se que a idade média entre os homens é de 65,67 e entre as mulheres é de 63 anos, demonstrando que as mulheres são em média mais novas que seus maridos. Ressaltando que as mulheres se aposentam cinco anos antes que os homens, ou seja, a aposentadoria para mulheres é aos 55 anos, e para os homens aos 60.

Camarano (2003) ressalta que o envelhecimento especialmente das mulheres, traz algumas compensações. Um primeiro ponto a ser ressaltado é que a esperança de sobrevivência para mulheres que atingiram sessenta anos é maior em aproximadamente sete anos do que quando elas tinham quarenta anos, ou seja, está aumentando essa expectativa de vida.

A tabela 07 demonstra a média de tempo de recebimento do benefício por cada família entrevistada, dividindo em homens e mulheres. Mostrando que todos ao alcançarem a idade permitida para aquisição da aposentadoria por idade adquiriram o benefício.

Tabela 07 – Tempo de recebimento do Benefício da Aposentadoria Rural por Idade (em anos)

	Família A	Família B	Família C	Família D	Média do tempo de recebimento
Homens	5	2		10	5,67
Mulheres	8	10	2	12	8,00

Fonte: Elaboração própria.

A partir da tabela 07 pode-se verificar que as mulheres recebem em média a aposentadoria a mais tempo que os homens, isso se dá principalmente porque elas se aposentam cinco anos antes que eles. Para os entrevistados pode se verificar

que os homens estão recebendo a aposentadoria em média 5 anos e as mulheres recebem o benefício a aproximadamente 8 anos.

As mudanças para a mulher rural veio mais tarde, no entanto trouxeram sua maior valorização enquanto mulher e cidadã, pois elas passaram a ser recebedoras de direitos fundamentais de proteção social. Deixaram de ser apenas dependentes e passaram a ser titulares desse direito, e se tornaram figura pró-ativa na ordem social, passaram a ter mais autonomia e independência financeira (ANDREUCCI, 2000).

Por meio do acesso a aposentadoria rural por idade, essas mulheres passaram a realizar mais compras no supermercado, em lojas de roupas, calçados, bem como a aquisição de eletrodomésticos, que facilitam o seu dia a dia e de sua família. A aquisição de eletrodomésticos e novas tecnologias facilita muito a vida dessas mulheres, que para conseguir enfrentar toda a rotina entre trabalhos de casa e externos necessita de alguma ajuda (SIMONETTI; ZANINI, 2012).

A partir desta base Simonetti e Zanini (2012), salientam que por meio do direito à aposentadoria, as mulheres passam a ter mais independência, ou seja, mesmo que de forma mais simples e modesta, começam a poder consumir e obter bens de seu interessante e que lhes ajudam no cotidiano.

Esta hipótese de independência financeira após a aposentadoria foi confirmada através do questionário aplicado pela autora, a aposentados rurais por idade no município de Horizontina. Onde foi feita a seguinte questão: Quem é o responsável por tomar as decisões de consumo e gastos da família. O questionário foi aplicado para as quatro famílias, no entanto apenas a família “A” disse tomar as decisões de consumo em conjunto, nos outros três casos as mulheres são as tomadoras de decisões na hora de comprar, elas além de administrar o seu dinheiro, e ainda auxiliam na tomada de decisão de compra a partir do salário de seus maridos, sejam bens de consumo duráveis¹³, semi duráveis¹⁴ ou não duráveis¹⁵.

Pode se constatar essa autonomia no poder de decisão de compra da mulher quando analisamos a questão consumo que segue na quadro 04 que demonstra o

¹³ Bens duráveis são aqueles que podem ser utilizados várias vezes durante longos períodos, como um automóvel.

¹⁴ Bens de consumo semi-duráveis, podem ser considerados os calçados, roupas, que se desgastam com o tempo.

¹⁵ Bens de consumo não duráveis são aqueles consumidos rapidamente como os alimentos.

tipo de bens de consumo duráveis adquiridos por cada família após o recebimento do benefício da aposentadoria rural por idade.

Quadro 04 – Bens de consumo duráveis adquiridos pelos entrevistados

Bens	Família A	Família B	Família C	Família D
Geladeira	X	X	X	X
Freezer	X			X
Batedeira		X		X
Maquina De Lavar		X	X	X
Forno	X		X	X
Fogão	X		X	X
Telefone	X	X		X
Mesa		X		
Balcão		X		
Tv		X		
Fusca		X		
Maquina De Veneno ¹⁶	X			
Fogão A Lenha			X	
Relógio De Parede			X	
Jogo De Panelas			X	
Cama			X	
Guarda-Roupa			X	

Fonte: Elaboração Própria.

O quadro 04 demonstra os tipos de bens de consumo adquiridos por cada família desde o recebimento do benefício da aposentadoria rural por idade. E uma questão chama atenção em particular, que é o caso da máquina de lavar “faz tudo”, ela foi comprada nos três casos em que as mulheres são tomadoras de decisões na hora do consumo, as famílias B, C, D, adquiriram esse bem, e apenas a família A não adquiriu a máquina de lavar. A família A não adquiriu esse bem pois já possuíam uma máquina de lavar, mesmo sendo a máquina mais velha eles acreditam que não é um bem de maior necessidade, preferem utilizar esse dinheiro para satisfazer outras necessidades mais urgentes.

O quadro 04 demonstra que 100% das famílias pesquisadas adquiriram uma geladeira após o recebimento da aposentadoria rural por idade. Em seus relatos explanaram a respeito disso e na grande maioria a primeira geladeira foi comprada logo após o casamento, ou até mesmo dada pelos pais após o casamento. E como

¹⁶ Máquina utilizada para passar veneno nas plantas, é de porte pequeno e pode durar em média mais de vinte anos.

se trata de um bem mais caro não havia como ser substituída por uma nova, pois os recursos antes da aposentadoria eram escassos, e o dinheiro deveria ser investido em utilidades mais necessárias. Por estar muito antiga foi um dos primeiros itens a ser substituídos no lar após o recebimento da renda da aposentadoria.

Outro caso bem interessante e que comprova que as mulheres interferem na hora da compra foi que em 75% das famílias entrevistadas, adquiriram forno elétrico, e fogão. Esses utensílios foram comprados pelas famílias A, C, D, esses bens foram substituídos pelas famílias principalmente pela comodidade que proporciona, como é o caso do forno elétrico. É importante mencionar que essas quatro famílias possuem forno de barro em casa, que era e é utilizado para fazer pães, cucas, bolachas, entre outras coisas. Com a aquisição do forno elétrico tudo se tornou mais rápido e mais prático, pois o forno de barro exige maior quantidade de mão de obra, no entanto ele ainda é utilizado eventualmente¹⁷.

O fogão a gás foi adquirido pelas famílias A, C e D, e nessas famílias ele também substituiu o antigo, e como na maioria dos casos havia sido adquirido na época do casamento, á mais de vinte anos atrás. Apenas a família B que não adquiriu o fogão a gás, pois eles possuem um fogão em boas condições e utilizam muito o fogão a lenha para cozinhar, praticamente todos os dias. Na residência da família D, verificou-se o uso do fogão a lenha, inclusive no dia da pesquisa a família D estava abatendo um novilho¹⁸. Neste dia a família D, estava utilizando o fogão a lenha para fazer o almoço, e também para esquentar a água para higienizar posteriormente o local e os utensílios utilizados nesta função. Nos demais produtos da tabela, cada família procurou satisfazer as suas necessidades particulares de consumo de forma diferenciada.

O aparelho celular foi adquirido pelas famílias A, B e D, sendo a aquisição importante pois os permite falar mais frequentemente com seus filhos, o que antes era feito em média duas vezes por mês. Outro motivo pelo qual acham necessário o uso do telefone celular é que em caso de alguma emergência possam ligar para alguém auxiliar no socorro. A família C não quis adquirir esse bem pois diz que (nunca vai conseguir aprender a mexer em um aparelho celular), diz ainda que (isso é coisa de outro mundo).

¹⁷ O Forno de Barro segundo a família B, dá um sabor especial aos alimentos.

¹⁸ São criados na propriedade vários animais para consumo, que são cuidados na propriedade. Após abater o animal a carne é picada e congelada, para ser consumida no decorrer do período, e enquanto isso outros animais vão sendo preparados para o abate.

Neste caso é importante mencionar, que a autora questionou as famílias a respeito de sua escolaridade¹⁹, e as respostas foram quase que unânimes. Entre os homens e mulheres pesquisados apenas uma mulher estudou até a oitava série do ensino fundamental, o restante cursaram apenas até o quarto e quinto ano do ensino fundamental. Eles sabem ler e escrever, no entanto muitos não tem a capacidade de compreender o que certas frases querem dizer.

Um exemplo disso foi quando a autora chegou para entrevistar a família C, a entrevistada estava sentada na área de sua casa lendo a bíblia, atividade cotidiana da entrevistada, na decorrência de seu forte apego pela religião. Indagou-se a entrevistada, sobre qual era seu nível de escolaridade, e ela disse que não havia entendido a pergunta. Então questionou-se até que série ela havia estudado, e ela informou que até a 4 série do ensino fundamental. Perguntou-se então se ela entendia o que estava lendo na bíblia, e ela respondeu que entende em partes, pois o Pastor já a havia ensinado bastante coisa sobre isso.

Segundo dados da ONU (2012) a qualidade de vida se refere à satisfação de algumas necessidades básicas na vida das pessoas, e pode ser medida através do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). No IDH são levados em consideração três aspectos, análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. No que se refere a parte educacional, é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a dos níveis escolares conforme já foi comentado anteriormente. Isso demonstra que o fator educação também é sinônimo de qualidade de vida.

Não há como negar que a renda advinda do sistema de previdência rural possibilita a mensuração de incrementos no nível de bem-estar. Observou-se neste quadro 04, que os domicílios beneficiados pela aposentadoria, na medida em que incorporam a renda monetária previdenciária em seu fluxo de renda, veem seu poder de compra crescer. Esse poder de compra possibilita um aumento de seu consumo de bens duráveis, semi-duráveis, e não duráveis.

Conforme já abordado os consumidores distribuem suas despesas de forma racional, procurando obter o máximo de satisfação dentro de suas limitações. O comportamento consumidor busca analisar como o consumidor faz suas escolhas, no entanto a sua preferência consiste em dizer o porquê as pessoas fazem a

¹⁹ Esta pergunta não conta no formulário, mas foi feita apenas para sanar a curiosidade da autora sobre o assunto.

escolha de um bem em relação a outro. Dentre elas as restrições orçamentárias levam os consumidores a considerar os preços dos produtos na hora do consumo.

Na tabela 08 pode-se verificar os gastos mensais das famílias, com consumo de bens não-duráveis. Qual o percentual da renda familiar é destinado para alimentação, vestuário, saúde, educação, lazer, poupança e investimentos na residência ou na propriedade rural.

Tabela 08 – Percentual dos gastos mensais das famílias (%)

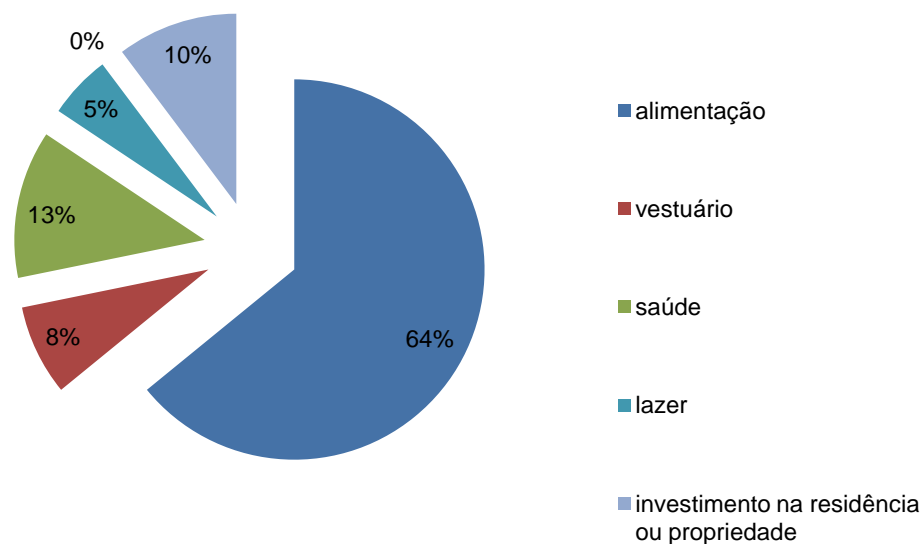
	Família A	Família B	Família C	Família D
Alimentação	55	60	70	65
Vestuário	7	5	10	8
Saúde	9	15	15	10
Lazer	4	10	5	2
Poupança	10			
Investimento Na Residência Ou Propriedade	15	10		15
Total	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela 08 é demonstrado o percentual do gasto mensal de cada família com o consumo de bens não-duráveis, e outros tipos de bens e investimento da renda. O item que obteve o maior gasto de todas as famílias foi em alimentação, apesar de algumas famílias cultivarem produtos para sua alimentação em casa, ainda existe uma gama de produtos que não pode ser ou que não é produzido pelas elas em casa. As famílias A e D, são famílias que produzem em sua propriedade grande parte do que consomem, como por exemplo mandioca, verduras, saladas e principalmente carnes. Eles criam em sua propriedade porcos, galinhas, gado, possuindo ainda vacas de leite, o que faz com que eles não tenham que comprar tudo. As famílias A e C, não cultivam praticamente nada, por motivos de saúde tiveram que deixar de lado a lida com a terra, pois se tornava muito desgastante.

Para melhor visualização dos gastos, é apresentado na figura 09 que demonstra a média mensal dos gastos das famílias com alimentação, vestuário, saúde, lazer, investimentos na residência ou propriedade.

Figura 09 – Média de gastos mensais das famílias



Fonte: Elaboração própria

A figura 09, demonstra a porcentagem da média de gastos mensais das famílias com vários tipos de bens e investimentos. Como pode se verificar mais da metade dos gastos são com alimentação, a média das famílias é de 64% dos gastos mensais. A alimentação consome uma fatia grande da renda das famílias isso se dá principalmente porque os aposentados não conseguem produzir tudo que é necessário para sua alimentação, demonstrando que hoje muito do que consomem vem de fora da propriedade.

Quanto às compras de bens duráveis 75% afirmaram que compram os bens em prestações, pois apesar da aposentadoria ser boa e ter aumentado a renda, ela não é muito alta, então não permite pra comprar algumas coisas de valores maiores a vista. Apenas a família A diz guardar dinheiro e utilizar para fazer compras a vista. A família “D” salientou que a quase dez anos atrás quando começou a receber a aposentadoria que era em torno de R\$ 240,00, ela conseguia comprar muito mais bens do que compra com o salário de hoje. .

Quanto a Cidade onde as famílias investem seus recursos, ou seja, fazem suas compras tanto de bens duráveis quanto não-duráveis. Todas as famílias disseram efetuam suas compras no Município de Horizontina, no entanto as famílias

B e D efetuam algumas compras também no Município de Crissiumal. Fazendo com que praticamente todo valor recebido por elas na aposentadoria rural por idade seja investido dentro do próprio Município.

Em saúde são gastos em torno de 13%, esse gasto se torna pouco significativo levando em consideração que essas famílias constituem-se por pessoas de mais velhas, com idades entre 62 e 70 anos, e que necessitam mais desse tipo de serviço. Todos os entrevistados salientaram a importância do SUS (Sistema Único de Saúde) do PSF²⁰ (Programa de Saúde da Família) na comunidade em que residem, pois o PSF oferece médico de segunda a sexta, oferece dentista, enfermeiras, exames de vários tipos e também farmácia básica, com medicamentos distribuídos gratuitamente. Salientaram também que no caso do paciente necessitar de algum tipo de tratamento ou consulta com especialistas, é feito o encaminhamento e o paciente é encaminhado ao médico necessário. Se não fosse isso certamente os gastos com saúde seriam muito maiores, no momento eles só necessitam comprar os medicamentos que a Secretaria da Saúde não fornece.

Cerca de 10% da renda do aposentado rural por idade é investido na residência ou na propriedade rural. A família “A” e mais dezesseis famílias da área rural de Horizontina foram contempladas com novas residências no ano de 2011²¹, graças a união de várias instituições, a família teve apenas que ajudar nas obras. A família A é a que mais investe na propriedade rural, dentre as quatro famílias pesquisadas. Principalmente comprando sementes, fertilizantes, adubos, para o cultivo de algumas culturas na propriedade, investem também na criação e compra de novos animais.

A família “B” fez investimentos na residência colocando forro, pintando os cômodos da casa, reformando o banheiro, colocaram também cerâmica em diversas

²⁰ O PSF (Programa de Saúde da Família) é um programa oferecido pelas prefeituras, sendo que em Horizontina existem várias comunidades onde há postos de saúde que oferecem atendimentos utilizados para tratar da saúde das pessoas residentes ao seu redor. Nele são oferecidos serviço de médicos, dentistas, enfermeiros, como forma de melhorar a vida das pessoas residentes nas comunidades (PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA, 2012)

²¹ Isso foi possível graças ao programa Minha Casa Minha Vida, resultante da parceria entre Prefeitura, Governo Federal, Caixa Econômica Federal, Cresol, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares. As famílias contempladas terão R\$12 mil do valor das residências subsidiados pelo Governo Federal. Outros R\$ 1.380,00 serão disponibilizados pela administração de Horizontina para cobrir despesas de documentação, de projeto de engenharia, entre outros. Em contrapartida, cada família deverá auxiliar nos serviços de mão de obra para a construção. O município ainda contribuirá com incentivos, através de fornecimento de terra e serviços de máquinas necessárias para a obra. As casas serão de modelo padrão com metragem de até 45 m² (Prefeitura Municipal de Horizontina, 2012).

partes da casa. A entrevistada diz que ia pintando os cômodos ela mesma, fazia um cômodo a cada mês pra não se tornar muito caro. As demais reformas na casa de madeira foram feitas por um pedreiro e com o auxílio da entrevistada.

A família “C” não fez praticamente nenhum tipo de investimento na residência, pois veio morar em uma casa alugada, e segundo ela não valeria a pena investir em algo que é de propriedade de outra pessoa.

No que diz respeito à família “D”, seus investimentos na propriedade foram mais direcionados a produção de gado, frango e porcos, para subsistência. Utilizam o dinheiro pra comprar ração animal e novos animais também. Investiram também na residência onde fizeram uma pintura e reforma no banheiro.

Todas as famílias aumentaram o consumo em vestuário em relação ao período anterior ao recebimento do benefício da aposentadoria rural, anteriormente esse tipo de consumo era considerado supérfluo. Com relação ao lazer os gastos estão na média de 5% da renda de cada família, no entanto a família B foi a que apresentou maior disposição de gastos com lazer, em torno de 10%.

A poupança não foi demonstrado no gráfico pois apenas uma família apresentou algum investimento em poupança, que foi a família A. Eles utilizam a poupança como uma reserva em caso de alguma emergência, não são todos os meses que a família faz esse investimento, mas fazendo uma média dos meses investidos e meses não investidos a média fica em torno de 10% da renda mensal do casal.

Como pode ser verificado, das famílias entrevistadas apenas a “A” faz algum tipo de poupança, as demais famílias não fazem nenhum tipo de poupança, ou seja, gastam toda sua renda para consumo. Na tabela 09 estão demonstrado dados retirados da FEE (2012) referente a valores aplicados na poupança no Município de Horizontina nos anos 2000, 2010, 2011.

Tabela 09 – Valor da poupança no município de Horizontina entre os anos 2000, 2010, 2011 (mil).

	2000	2010	2011
Valores	16.867.129	57.612.724	62.841.001

Fonte Elaboração própria a partir de FEE (2012)

Como se constatou nas instituições financeiras de Horizontina, e está demonstrado na tabela 09, a população horizontinense teve no ano 2000 uma poupança que alcançou o valor de R\$ 16.867.129. Levando em consideração o ano

2000 com o ano de 2011, houve um aumento de R\$ 45.973.872 na poupança horizontinense. Se considerarmos que a população horizontinense no ano 2000 era de 17.699 habitantes, se fosse feito o cálculo da população per capita, ficaria no valor de R\$ 79,42 por mês, já no ano de 2010 esse valor passou para R\$ 261,67 poupados por mês, e no ano de 2011 a população horizontinense poupou R\$ 284,47 por mês, fechando o ano com o valor de R\$ 62.841.001 poupados.

O valor da poupança dos horizontinenses vem aumentando no decorrer do período conforme visto no parágrafo anterior, as famílias estão reservando um valor maior para a poupança. No entanto tem que se ter em vista a complexidade e a importância da administração dos recursos familiares, sabendo que os recursos na maioria das vezes são escassos e cabe à família decidir como irá administrá-los (TAVARES, 2011).

David (1999) destaca a importância do impacto da universalização dos benefícios previdenciários para a renda e o bem-estar da população principalmente rural. Destaca também pela eficácia enquanto instrumento de combate à pobreza no campo.

Na mesma linha de pensamento Tavares (2011) diz que a qualidade de vida se refere a satisfação das exigências básicas sociais, culturais, ideológicas, atividades intelectuais, estado emocional, religiosidade, estilo de vida, entre outros. Em relação a esse assunto a pergunta número 10, do apêndice A, busca saber dos entrevistados “O que mudou em sua vida depois que você passou a receber aposentadoria rural por idade?”.

Para todas as famílias a resposta foi afirmativa, disseram que a vida melhorou muito, pois antes eles não possuíam renda fixa, dependiam apenas dos rendimentos da terra, e do que cultivavam para subsistência. Caso ocorresse uma seca, muita chuva, geada ou algum outro fenômeno climático prejudicial, eles perdiam o que haviam plantado, fazendo com que ficassem praticamente sem renda nenhuma.

Ainda no mesmo contexto da questão número 10, a questão número 19 faz a seguinte indagação, “E para sua família, houve mudanças a partir de sua aposentadoria? Em caso afirmativo, quais foram?”.

A família “A” diz que antes da aposentadoria dependiam da ajuda financeira das filhas, que lhes ajudavam nas reformas e manutenção da casa, ajudavam na compra de remédios e com algumas outras eventualidades, já que alimentação eles tiravam praticamente toda da propriedade. O vestuário era precário, compravam

roupas uma vez por ano. Depois do recebimento da aposentadoria eles passaram a se virar sozinhos, sobrevivem apenas com a renda das aposentadorias e a prática da agricultura da subsistência. Hoje tem maior liberdade para sair, participar do grupo de idosos da comunidade, tem condições de comprar presentes para suas filhas que anteriormente os ajudaram.

A família “B” diz que tudo melhorou, passaram a comer melhor, a sair mais, aproveitar mais a vida, sem precisar ficar contando os trocados. Estão podendo viver uma vida com mais qualidade, pois antes era muito regrada. Estão comendo melhor, podem fazer um churrasco aos domingos, e a tarde participar de bailes e festejos da comunidade, fazendo o que mais gostam que é dançar. Passaram a fazer viagens constantes a Porto Alegre e Montenegro para visitar seus filhos, no entanto não utilizam da carteirinha²² de aposentando para viajar gratuitamente.

A família “C”, a entrevistada enfatizou a questão de não precisar mais trabalhar na roça, onde era um trabalho muito árduo e pesado, que a deixou com muitas dores no corpo, problemas na coluna e doenças de pele. Após a aposentadoria não precisou mais trabalhar sob sol quente, agora aproveita para descansar, cuidar dos netos e se dedicar mais a igreja. Diz também que após o recebimento de sua aposentadoria, nunca mais teve que pedir dinheiro ao marido, e nem dar satisfação de seus gastos a ele. Uma vez por ano vai visitar o filho na cidade de Montenegro, ela nunca utilizou a carteirinha para viajar gratuitamente.

A família “D” relata principalmente que passaram a viver melhor, comprar bens que antes não podiam, investiram mais na propriedade e na produção de gado, frango e porcos, para subsistência. A entrevistada recebeu a aposentadoria três anos antes que seu marido, por esse motivo ela era gestora desse recurso, a família dependia do salário dela, e este trouxe independência financeira. Ela antes tinha sempre que contar os trocados com o marido, e não podiam gastar esse recurso em qualquer coisa, por esse motivo após o recebimento de seu benefício de aposentada rural por idade ela passou a administrar o dinheiro e investir no destino que achava melhor. Após o marido receber também o benefício ela continuou a cuidar de seu dinheiro e passou a ajudá-lo na administração de seu dinheiro também. Agora eles

²² Nenhuma das quatro famílias entrevistadas utiliza a carteirinha de aposentando para viajar gratuitamente, pois nas viagens intermunicipais que eles utilizam com mais frequência, não vale a pena. Pois segundo eles, tem que esperar para ver se para aquele trajeto já não foi vendido alguma passagem (a empresa concede um limite de passagem a aposentados). E como viajam poucas vezes para mais longe, não se importam de pagar.

vivem com tranquilidade, podendo aproveitar o descanso depois de uma vida inteira de trabalho árduo, e o que é melhor, sabendo que terão aquele dinheiro certo no final do mês.

Nas famílias A, B e D residem apenas o casal de aposentados, e sobrevivem da renda da aposentadoria rural, e ninguém mais depende desta renda. Na residência da família C mora a aposentada, a filha e dois netos, no entanto ela não ajuda a filha financeiramente todos os meses, pois a mesma sobrevive da pensão de seus filhos.

Conforme resultados encontrados, não se pode ignorar a importância da participação do idoso na revitalização da renda familiar rural. A recente universalização do acesso ao benefício da aposentadoria rural gerou um aumento da renda e da demanda efetiva o que permite a fixação de parte dessa população residente no campo. As famílias passaram a consumir mais, principalmente bens duráveis que anteriormente não havia condições de adquirir, destacando o efeito multiplicador e a importância da propensão a consumir para satisfação das necessidades básicas.

4. Considerações Finais

Com base no estudo realizado é possível concluir que as transformações nas condições de acesso aos benefícios previdenciários propiciados pela Constituição de 1988 contribuíram para o aumento do nível de bem-estar dos aposentados residentes da zona rural. Isto se deve ao fato de que com a inclusão desta renda nos domicílios, aumentou o poder de compra, e possibilitou o acesso nestes domicílios ao consumo de bens anteriormente inacessíveis, permitiu também a melhoria das condições de moradia.

O tema da pesquisa buscou identificar as mudanças ocorridas na Previdência Social no Brasil, para os aposentados e famílias que recebem o benefício da aposentadoria rural por idade. Buscou-se principalmente, verificar e analisar as mudanças vivenciadas por famílias de agricultores familiares, que possuem indivíduos que recebe esse benefício da aposentadoria rural por idade da Previdência Social, no Município de Horizontina.

Verificou-se que as principais mudanças na Previdência Social no Brasil ocorreram após a Constituição Federal de 1988, que teve como princípio a universalidade social, englobando as áreas de saúde, previdência social e assistência social e principalmente inserir trabalhadores rurais de maneira mais ampla no sistema.

O recurso da Previdência se tornou uma forma de substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando este perde a capacidade de trabalho, e é uma forma de atender a eventual doença, invalidez, morte, idade avançada, maternidade, salário-família, auxílio-reclusão e pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes seja por invalidez, morte. E para melhor atender as necessidades, a Previdência oferece vários tipos de benefícios que garantem tranquilidade a seu recebedor.

O envelhecimento populacional vem gerando desafios tanto para sociedade quanto para o Estado. No que se refere ao envelhecimento da população rural destaca-se principalmente as alterações que os aposentados vêm ocasionando nas comunidades e nas estruturas familiares. Constata-se com esta pesquisa que o aposentado rural constitui hoje “figura chave” na manutenção da família rural, a presença deste pode ser sinônimo de tranquilidade para a família, porque, além de

prover alimentação, seu lar ganha mais conforto com a aquisição de móveis, reformas, construções e outras transformações observadas na pesquisa.

Como pode ser verificado nos resultados das pesquisas feitas com as quatro famílias de aposentados do interior do Município de Horizontina, foi unânime a resposta dos entrevistados no que diz respeito à melhoria de vida. Estas pessoas passaram a viver melhor após o recebimento da aposentadoria rural por idade.

A questão proposta pela autora no início desta pesquisa, foi de verificar e analisar quais as mudanças vivenciadas por aposentados e suas famílias, após o recebimento da aposentadoria rural por idade, e se houveram mudanças na qualidade de vida desses indivíduos, no município de Horizontina?

O estudo bibliográfico e a pesquisa permitem frisar que houve mudanças na vida e principalmente na qualidade de vida dos recebedores do benefício da aposentadoria rural por idade. Primeiramente as pessoas não dependem mais da ajuda financeira de filhos, nem dependem única e exclusivamente dos rendimentos da propriedade como acontecia antes da aposentadoria. Agora tem sua renda fixa, que lhes permite viver com maior tranquilidade e comodidade.

Os objetivos desta pesquisa foram alcançados por meio da utilização da pesquisa bibliográfica e estudo de caso de quatro famílias de aposentados por idade pertencentes à agricultura familiar. Foi elaborado um questionário que serviu de base para a pesquisa e para alcançar os objetivos propostos.

Após o recebimento do benefício da aposentadoria rural por algum indivíduo da família, os mesmos começam a viver com mais tranquilidade pois poderiam contar com aquela renda no final do mês. A melhoria na renda refletiu diretamente no nível de consumo das famílias, principalmente em bens de consumo duráveis.

Passaram a usufruir de bens e serviços que antes seria praticamente impossível comprar, pois deveriam utilizar a renda para adquirir bens mais necessários. Apenas com a renda vinda da terra não teriam condições para adquirir bens como geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, telefone celular, forno, fogão, dentre outros produtos. A aquisição desses bens não lhe trouxe apenas comodidade, mas também satisfação por estarem adquirindo um bem que trará melhoria de vida.

A renda proveniente da aposentadoria lhes permitiu fazer gastos mensais fixos como, por exemplo, em alimentação, vestuário, lazer, além de investimentos e melhorias na propriedade e na residência. Na parte de alimentação foi observado

que agora estão consumindo mais produtos industrializados do que consumiam anteriormente. Estão comprando mais peças para o vestuário e estão saindo mais para se divertir, dançar, passear, ir a lugares que lhes proporcione bem estar.

Kreter (2004) salienta que em famílias que tem pelo menos um aposentado, apresenta seu consumo voltado mais para alimentação e vestuário. E nos domicílios com rendimento maior de um salário mínimo existe a melhoria da qualidade de vida da população rural e vem melhorando suas condições de moradia e ampliando seus bens de consumo duráveis. O que pode ser identificado claramente nos resultados da pesquisa.

Após a realização desta pesquisa e diante da limitação imposta pelo estudo de caso há possibilidade de que sejam realizadas outras pesquisas relacionadas ao mesmo tema, procurando abranger maior número de pessoas de forma a avaliar se os resultados se repetem.

Referências

AEPS, “Anuário Estatístico da Previdência Social”. Anuário Estatístico Da Previdência Social, 2010. Ministério Da Previdência Social Instituto Nacional Do Seguro Social Empresa De Tecnologia E Informações Da Previdência Social. ISSN 0104-8139. Brasília v.19, p.1-868, 350, 2010.

ALTAFIN, Lara. Reflexões Sobre O Conceito De Agricultura Familiar. 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CFAQFjAB&url=http%3A%2F%2Fportal.mda.gov.br%2Fo%2F1635683&ei=PJP7T8jiDIH30gHouLiLBw&usg=AFQjCNF8db8hv6ieZ4-nyt24Lypppou8-g>. Acesso Em maio 2012.

AMORIN, José. Tipos de Aposentadorias - Auxílios - Pensões - Salário Família - Salário Maternidade. Disponível em: <http://www.professoramorim.com.br/texto.asp?id=220>. Acessado em agosto 2012.

ANDRADE, Eli Iôla Gurgel. (Dês)Equilíbrio da Previdência Social Brasileira 1945 – 1997. Tese de doutorado – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas FACE/UFMG, Departamento de Demografia, 1999.

ANDREUCCI, Ana C. P. T. Previdência Social: A necessária inclusão e proteção social da mulher. São Paulo, 2000.

APS, “Anuário da Previdência Social”. Suplemento Histórico (1980 a 2008). APS 2008, Ministério Da Previdência Social Instituto Nacional Do Seguro Social Empresa De Tecnologia E Informações Da Previdência Social. Brasília, v.5, p.1-164, 400, 2008.

Atlas Sócio Econômico do Rio Grande Do Sul. Expectativa de Vida. Disponível em <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=311>. Acesso em outubro de 2012.

AUGUSTO Hélder dos Anjos, RIBEIRO Eduardo M. O idoso rural e os efeitos das aposentadorias rurais nos domicílios e no comércio local: O caso de Medina, nordeste de Minas. Caxambú, Minas Gerais, 2006.

BALLSTAEDT, Ana Pederneiras. Comportamento e Estilo de Vida da População Idosa e seu Poder de Consumo. Disponível em: http://fido.palermo.edu/servicios_dyc/encuentro2007/02_auspicios_publicaciones/actas_diseno/articulos_pdf/A004.pdf. Acesso em junho 2012.

BELTRÃO, K, I; CAMARANO A A; MELLO, J L. mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não esperados dos avanços da seguridade rural. In I congresso Associação Latino Americana da População. ALAP, Caxambu – MG. 2004.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; PINHEIRO, Sonoe Sugahara; PEYNEAU, Fernanda Paes Leme; MENDONÇA, João Luís Oliveira. A Constituição de 1988 e o Acesso da População Rural Brasileira à Seguridade Social. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Arq_18_Cap_10.pdf. Acesso em outubro de 2012.

BIOLCHI Marilza; SCHNEIDER Sergio. A Previdência Social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero, Sociologias. Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002.

CENSO AGROPECUÁRIO. Agricultura Familiar, Primeiros Resultados. Censo agropecuário: Rio de Janeiro, 2006.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=0&cod2=&cod3=43&frm=piramide>. Acesso em setembro 2012.

CAMARANO, Ana Amélia. Envelhecimento da População Brasileira: Uma contribuição Demográfica. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf. Acesso em junho 2012.

_____. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança?. São Paulo, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300004 Estudos Avançados. Acesso em fevereiro de 2012.

_____. KANSO, Solange; LEITÃO, Juliana. Como Vive O Idoso Brasileiro? Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____. Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60? Rio de Janeiro, 2004.

CAMARANO, A. PASCOS, A. R. P. Idosos brasileiros: diferentes regionalmente? IN: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 12, Caxambu, 2000.

DELGADO Guilherme C; CARDOSO José Celso Jr. O Idoso E A Previdência Rural No Brasil: A Experiência Recente Da Universalização. Rio de Janeiro, dezembro de 1999.

DAVID, Mauricio Dias. Previdência Rural no Brasil: Uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. Seminário FAO/CEPAL/RIMISP. Experiências Exitosas de Combate à Pobreza Rural na América Latina, 1999.

_____. Experiências Exitosas de Combate à Pobreza Rural na América Latina Previdência Rural no Brasil: Uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate à pobreza rural. Seminário FAO/CEPAL/RIMISP. Agosto/setembro 2009. Disponível em <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=1730>. Acesso em fevereiro 2012.

DEACON, R.E; FIREBAUGH, F.M. Family resource management: principles and applications, 2 ed. Boston, 1988.

DELGADO, Guilherme, CARDOSO José. O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização. Cap 9. 2004

DULLIUS, M.; NEUMANN, P. S.; BRITO, A. N. S.; FONTOURA, A. F. Da; FRIEDRICH, G. Do N.; DORNELLES, C. P. N.; SILVA, E. I. Da; DULLIUS, P. R.; Cavalheiro, L.; DIEHL, M. R. Participação e Papel da Aposentadoria nos Estabelecimentos Rurais do Município, 2005. Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/artigo%20uergs%20Michelle.pdf>. Acesso em maio 2012.

FREITAS Eduardo. Disponível em: <http://www.brasile scola.com/brasil/expectativa-vida-dos-brasileiros.htm>. Acesso em junho 2012.

FRANCO, Hilton. Em dez anos, mundo terá mais de 1 bilhão de idosos, diz ONU. Acesso em outubro 2012. Disponível em: <http://hiltonfranco.com.br/categoria/mundo/>. Acesso em agosto 2012.

FEE, Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Horizontina. Acesso em agosto 2012.

GARÓFALO, Gílson, CARVALHO, Luiz. Teoria Microeconômica. São Paulo, editora atlas, Terceira Edição, 1995.

GIL, Antonio Carlos. Técnicas de Pesquisa em Economia, editora Atlas, São Paulo, 1995.

_____. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, editora atlas, São Paulo, 2002.

_____. Como Elaborar Projetos de Pesquisa, editora atlas, São Paulo, 2010.

GRINOVER, Paula. O poder da terceira idade, 2003. Disponível em: <http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo132.shtml>. Acesso em maio de 2012.

GUIMARÃES, Elzimar Campos. Reflexão Sobre A Velhice. Juiz de Fora, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Política. Projeção da população do Brasil por sexo e idade: 1980 a 2050. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em agosto de 2011.

_____. Sala de imprensa: síntese de indicadores sociais 2006. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_visualiza.php?id_noticia=774&id_pagina=1>. Acesso em setembro 2012a.

_____. População brasileira envelhece em ritmo acelerado. Acesso em agosto 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272>. Acesso em maio 2012b.

_____. O Brasil terá 7 milhões de mulheres a mais do que os homens em 2050. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272>. Acesso em junho 2012c.

_____. Educação melhora mais ainda apresenta desafios. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1233%20&%20id_pagina=1>. Acesso em maio 2012.

_____. IBGE, Sidra 2012. Acesso em Julho de 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3145&z=t&o=25&i=P>>. Acesso em agosto de 2012.

IPS, “Informe de Previdência Social”. A Mulher na Previdência Social. Volume 13, Número 03 Março de 2001. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_081014-104624-816.pdf>. Acesso em junho 2012.

KARSAKLIAN, Eliane. Comportamento do Consumidor. São Paulo, Editora Atlas S.A. 2ª edição, 2004.

KRETER, Ana Cecília Medeiros. Avaliação da Eficácia da Equidade das Aposentadorias no Meio Rural. São Paulo, novembro de 2004. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../ana.pdf>. Acesso em março 2012.

Lei 11326/2006. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em novembro 2012.

LEITE, Luzimario Gomes. O início de prova matéria na aposentadoria rural por idade. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17309/o-inicio-de-prova-material-na-aposentadoria-por-idade-rural>>. Acesso em novembro de 2012.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. Editora Atlas, 5ª edição: São Paulo 2002.

NAVARRO, Zander. A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a política e as transformações da vida econômica. Cap 7 (a agricultura Brasileira, desempenho, desafios e perspectivas, IPEA, Brasília, 2010)

NERY, Marina. Sociedade - A nova velha geração. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1143:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em setembro 2012.

ONU, “Organização das Nações Unidas no Brasil”. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2012/10/1,7146/brasileiros-estao-mais-confiantes-mostra-pesquisa-da-cni.html>. Acesso em setembro 2012.

PASCHOAL, Sergio Marcio Pacheco. Qualidade de vida dos idosos: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião. Dissertação de mestrado, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.pucgoias.edu.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Trabalhos%20Acad%C3%A4micos/Qualidade%20de%20Vida%20do%20Idoso%20-%20Idealizada%20e%20Real.pdf>. Acesso em agosto 2012.

PEREIRA, J.K. AS representações sociais de velhice e terceira idade: um estudo de caso sobre um grupo da terceira idade de Caratinda – MG. 2006. Disponível em: http://bibliotecadigital.unec.edu.br/btdunec/tde_arquivos/22/TDE-2007-08-30T145509Z-41/Publico/JOSIANNE%20KATHERINE%20PEREIRA.pdf. Acesso em setembro 2012.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. Microeconomia. 5ª edição, São Paulo 2002.

PNUD, “Programa Das Nações Unidas Para O Desenvolvimento”. Melhor IDH é do DF; NE concentra os piores. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=1987>. Acesso em maio 2012.

PORTAL MUNICIPAL. Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/idh/mu_idh.asp?ildEnt=5523&ildMun=100143180. Acesso em julho 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE HORIZONTINA. Habitação rural. Disponível em: <http://www.pmhorizontina.com.br/portal/>. Acesso em novembro 2012

Previdência Social. Sobre a Previdência. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1282>. Acesso em: março 2012.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Benefícios Concedidos. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1146>. Acesso em outubro 2012.

PREVIDÊNCIA SOCIAL. Previdência Distribui renda e diminui a pobreza no país. Publicação do ministério da previdência social, Ano II, nº 4, dezembro 2012, a.

_____. Aposentadoria por idade. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=15>, 2012. Acesso em maio 2012b.

_____. A Necessária Inclusão e Proteção Social Da Mulher. Disponível em: http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/FDir/Artigos/ana_pompeu.pdf. Acesso em maio 2012c.

_____. 87 ANOS: Lei Eloy Chaves é a base da previdência social brasileira. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/vejaNoticia.php?id=36881#>. Acesso em fevereiro 2012d.

_____, Site da previdência com todos os Anuários. Estatísticas da Previdência Social. Estatísticas Municipais. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>. Acesso em junho 2012e.

_____. Aposentadoria por idade. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=15>. Acesso em abril 2012f.

_____. Aposentadoria Especial. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/conteudoDinamico.php?id=14>. Acesso em março 2012.

_____. Texto explicativo, previdência social. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=505>. Acesso em setembro 2012h.

SABOIA, João. Benefícios Não-Contributivos e Combate À Pobreza De Idosos No Brasil, cap 11, 2004. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_19_Cap_11.pdf. Acesso em junho 2012.

SILVA, Willian Pereira da; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. A Aposentadoria Rural E Seus Efeitos Na Vida Dos Beneficiários. Campus de Presidente Prudente, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Geografia. Disponível em: http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_33321921839.pdf. Acesso em abril 2012.

SILVA, Cassandra Ribeiro de O. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará Metodologia e Organização do projeto de pesquisa. Fortaleza-CE, Maio de 2004. Disponível em: <http://www.ufop.br/demet/metodologia.pdf>. Acesso em setembro 2011.

SILVA, Paula Luciana. Aposentadoria Rural E O Efeito Multiplicador Uma Análise Da Renda Previdenciária Em São Pedro De Joselândia Barão De Melgaço-MT IV JCEA - Campo Grande, MS, Brasil, 6 a 8 de outubro de 2004.

SILVA, José G. Os desafios das agriculturas Brasileiras. Cap 6 (a agricultura Brasileira, desempenho, desafios e perspectivas), IPEA, Brasília, 2010.

SIMONETTI, Fernanda; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Hoje se trabalha, mas também se pode consumir. Disponível em: http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/eics/dvd/documentos/gts_IIIeics/gt3/gt3fernandamariacatarina.pdf. Acesso em maio 2012.

SCHIEFELBEIN, Adriana. Os Impactos Sociais E Economicos Da Previdência Social Rural No Município De Silveira Martins, RS. Santa Maria, RS, Brasil. 2011. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/ppggeo/files/2011/Dissertacao%20Adriana%20Scheifelbein-%202011.pdf>. Acesso em junho 2012.

STOFFEL, Janete; PAIVA, Carlos Aguedo Nagel. Características da Agricultura Familiar nos Estados Da Região Sul Do Brasil: aspectos conceituais, históricos e econômicos. Artigo apresentado no 49º Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Belo Horizonte/MG: UFMG, 24 a 27 de julho de 2011.

STOFFEL, Janete, PUNTEL, Jovani Augusto. As mudanças no ordenamento territorial rural do Rio Grande do Sul, durante o século XX. Acesso em outubro 2012. Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT17-Janete-Stoffel.pdf>. Acesso em junho 2012.

TAVARES, Vivian Oliveira. A aposentadoria do idoso do meio rural: implicações na administração dos recursos familiares e na qualidade de vida. Viçosa. Minas Gerais – 2011.

TOLEDO, Eliziário Nôe Boeira, SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf No Rio Grande Do Sul Dez Anos Depois: O Que Dizer? 2008. Disponível em: <http://www5.bcb.gov.br/normativos/detalhamentocorreio.asp?N=104101097&C=3206&ASS=RESOLUCAO+3.206>. Acesso em junho 2012.

VARIAN, Hal. Microeconomia princípios Básicos, Uma abordagem moderna. 6ª edição, editora Campus, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. Editora Atlas, 5ª edição: São Paulo 2004.

WAJNMAN, Simone, OLIVEIRA, Ana Maria, OLIVEIRA, Elzira. Os Idosos No Mercado de Trabalho: Tendências e Consequências, cap 14. 2004. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/pessoadosa/Livro%20Os%20novos%20Idosos%20Brasileiros%20-%20muito%20alem%20dos%2060.pdf>. Acesso em agosto 2012.

Apêndice A - Questionário para conhecimento do perfil do aposentado e suas características de consumo.

Propriedade nº _____

Nome do Entrevistado: _____

1) Idade do entrevistado: _____

2) Gênero: () masculino () feminino

3) Que tipo de benefício recebe:

() pensão por viuvez () aposentadoria () Invalidez () auxílio Doença

4) Qual o valor recebido por mês:

() 1 salário mínimo () 2 salários () 3 salários () mais _____

5) Quantos benefícios são recebidos pela família por mês?

() 1 () 2 () 3 () 4 () mais _____

6) Quantas pessoas residem em sua casa:

() 1 () 2 () 3 () 4 () mais _____

7) Quantas pessoas dependem de sua aposentadoria?

() 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 () mais _____

8) Qual o vínculo de parentesco das pessoas que residem em sua casa

a) cônjuge

b) filho(a)

c) filho(a) e cônjuge

d) neto(a)

e) Outro _____

9) A quanto tempo recebe a aposentadoria?

10) O que você considera que mudou em sua vida depois da aposentadoria?

11) O que você adquiriu de eletrodomésticos após aposentadoria:

() Geladeira () freezer () computador () Batedeira () liquidificador ()
maquina de lavar () forno () fogão () telefone () outros

_____:

12) Quantas vezes por mês você costuma ir para cidade?

() 1 () 2 () 3 () 4 () Outros _____

13) Em que cidade costuma efetuar suas compras mensais?

() Horizontina () Crissiumal () Tucunduva () Dr. Mauricio Cardoso
() Três de Maio () Santa Rosa () Outros _____

14) Em quais dos seguintes itens você gasta mais de sua renda?

() alimentação () vestuário () saúde () educação () lazer

15) Qual o percentual de gastos mensais que você tem nos seguintes itens:

Alimentação _____

Vestuário _____

Saúde _____

Educação _____

Lazer _____

Outro _____

16) Você efetuou melhorias em sua propriedade ou residência após o recebimento da aposentadoria, em que?

17) Qual a porcentagem de sua renda é destinado a manutenção da residência ou na propriedade?

18) Suas compras são pagas a vista ou feitas a prazo?

19) E para sua família, houve mudanças a partir de sua aposentadoria? Em caso afirmativo, quais foram?

20) Você tem algum tipo de poupança?

Não Sim

21) Qual a finalidade desta poupança?

22) Você costuma participar de viagens?

Não Sim Para quais lugares? _____

23) Caso tenha respondido sim à questão 15, quantas vezes costuma viajar no ano:

1 2 3 4 mais

24) Utiliza a carteirinha do INSS para viajar pagando menos ou de graça.

Sim Não

25) Você possui plano de saúde?

Sim Não

26) Neste caso como acessa os serviços de saúde?

27) Você utiliza mais:

Unimed HocMed SUS IPÊ Outros _____

28) Você utiliza a farmácia do SUS?

29) O entrevistado é chefe da família? Qual seu papel na família?